



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2019

SESSÃO DO PARLAMENTO INFANTO-JUVENIL

Presidente: Aleina Sousa
Secretárias: Mialayne Lavres
Letícia Ferreira

SUMÁRIO

A Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil declarou aberta a sessão às 9 horas e 25 minutos.

Antes da Ordem do Dia: — Procedeu-se à tomada de posse de Deputados Infanto-juvenis à Assembleia Nacional.

A Sra. Representante da UNICEF (Mariavitória Ballota) dirigiu algumas palavras aos Deputados Infanto-juvenis.

Após a exibição do vídeo da Convenção sobre os Direitos das Crianças, o Sr. Presidente da Assembleia Nacional procedeu ao discurso de abertura do Parlamento Infanto-Juvenil, seguido de uma foto de família.

Deu-se continuidade com a eleição de dois Vice-Secretários, os Deputados Juferino do Espírito Santo e Patrício da Graça Mama.

Seguiu-se a intervenção da Ministra da Educação e Ensino Superior (Julieta Rodrigues) e do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro).

Procedeu-se ao debate sobre o lema: «Um São Tomé e Príncipe melhor para todas as crianças». Em assuntos de interesse relevante entrevistaram: Joshua Takounyou (Água Grande), Lueje d'Alva (Escola Portuguesa), Fábio dos Santos (Mé-Zóchi), Tiago Almeida (Mé-Zóchi), Leandra Lopes (Lobata), Teodora Viegas (Lobata), Isaura Lima (Lobata), Misael dos Ramos (Lembá), Denilze Filipe (Cantagalo), Eurídice Costa (Região Autónoma do Príncipe - RAP), Júlícia Lima (Fundação Novo Futuro), Rebeca Sousa (Cantagalo), Núbia Mateus (Água Grande), Joshua

Takounjou (Água Grande) e Patrícia Moreira (Mé-Zóchi).

Deu-se continuidade com a apresentação dos projectos, tendo intervindo Lueje d'Alva (Escola Portuguesa), Joshua Takounjou (Água Grande), Fábio dos Santos (Mé-Zóchi), Natally Carvalho (Mé-Zóchi), Leucy Pina (RAP), Denilze Filipe (Cantagalo), Mialayne Lavres (RAP), Ricardo César (Caué), Iracelma Diogo (Mé-Zóchi), Danika Carvalho (Água Grande), Alex Boa Esperança (Cantagalo), Nubia Mateus (Água Grande), Patrícia Moreira (Mé-Zóchi), Dilma Costa Alegre (Mé-Zóchi), Rosallie Carvalho (Água Grande), Gladys Focados (Lobata), Izaura da Graça (Lembá), Jucelina Assunção (Lembá), Tiago Almeida (Mé-Zóchi), Aleina Sousa (Mé-Zóchi), Iris Pereira (Caué), Denilse Castro (Água Grande), e Gelsa Catarina (Mé-Zóchi).

Foram aprovados, na generalidade, especialidade e em votação final global, os projectos de resolução n.º 1/I/2019 – Composição das comissões especializadas permanentes da Assembleia Nacional para I Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil 2018 a 2020; n.º 02/I/2019 – Elenco e Competências das Comissões Especializadas Permanentes para I Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil 2018-2020; e n.º 3/I/2019 – Eleição de dois Vice-Secretários da Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil 2018 a 2020.

No fim, a Secretária (Mialayne Lavres) procedeu à leitura das recomendações. Usaram da palavra Tiago Almeida (Mé-Zóchi) e Joshua Takounyou (Água Grande).

A Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 10 minutos.

A **Presidente** (Aleina Sousa): — Srs. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Deputados:

Distrito de Água Grande:

Cândida Fernandes Pires dos Santos
Danika Fernandes dos Santos Carvalho
Denilse Bragança de Castro
Ekaterina Yavorska de Sousa
João Batista
Joel Ceita Ramos Afonso
Joshua AyukTakounjou
Letícia Afonso Neto dos Santos Ferreira
Lueje Branco d'Alva
Núbia dos Prazeres Aguiar Mateus
Rosallie Victória de Ceita Carvalho Kizimbou

Distrito de Me-Zóchi:

Adjercilaide dos Santos Soares
Aleina Neto Sousa
Dilma Sacramento Costa Alegre
Fábio Gaspar dos Santos
Gelsa da cruz Catarina
Iracelma Bonfim Fernandes Carvalho Diogo
Nataly Sousa Pontes de Carvalho
Patrícia da Trindade Moreira
Tiago Pereira Neto de Almeida
Wendy Chumbo Vaz

Distrito de Lobata:

Eduardo Frota Sousa Pontes Viegas
Gladys do Nascimento Focados
Leandra dos Santos do Rosário Lopes
Teodora Viegas de Sousa Pontes Simão
Wilson Semedo

Distrito de Lembá:

Isaura da Graça
Jucelina do Espírito Santo das Neves Assunção
Misael do Nascimento dos Ramos
Neydvaldo Lopes Semedo
Tonilson Aguiar Furtado

Distrito de Cantagalo:

Ailton José Fernandes
Alex do Espírito Santo de Boa Esperança
Denilze Costa da Trindade Filipe
Kely de Pina Souto
Patrício da Graça Mama
Rebeca Dias Mendes Sousa

Distrito de Caué:

Celso Lopes Vila Nova
Iris Marta Pereira
Jailson de Bom Jesus Mengó
Ricardo Felipe da Silva César

Região Autónoma do Príncipe:

Adgilson Leuchemel L. da Costa
Aisa Rosabela da Cruz Antunes Moreira

Eurídice Madeira da Costa
Mialayne Soares da Costa Fernandes Lavres
Leucy Ramos Cassandra de Pina

Federação das Organizações Não-Governamentais (FONG-STP):

Bruno Afonso da Silveira
Ester Lourenço Fonseca
Juferino Espírito Santo
Júlia da Costa Lima
Letícia Guimarães
Wilsínia Neto Almeida

A **Presidente**: — Senhoras e senhores, caros colegas, vamos dar início a nossa sessão de hoje, com a tomada de posse de Deputados substitutos.

Tem a palavra a Secretária para fazer a leitura do termo de posse.

A **Secretária** (Mialayne Lavres): — Bom dia a todos.

Agora passo a ler o Termo de Posse de Deputado ao Parlamento Infanto-Juvenil.

«Aos 28 dias do mês de Junho do ano dois mil e dezanove, compareceram ao Plenário do Parlamento Infanto-Juvenil os Deputados substitutos Aisa Rosabela da Cruz Antunes Moreira, Alex do Espírito Santo de Boa Esperança, Ekaterina Yavorska de Sousa, Isaura da Graça e Leandra dos Santos do Rosário Lopes, em substituição dos Deputados Estela Vaz do Rosário Gomes da Costa, Alex Cravid de Sousa Pontes, Olímpia Sousa Pontes Will, Iara Dias Menezes Tiny e Ataelva Pires, respectivamente dos Círculos Eleitorais de Cantagalo, Água Grande, Lembá, Lobata e da Região Autónoma do Príncipe, tendo os mesmos prestado juramento nos termos legais.»

Os Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado pela Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária da Mesa que o lavrou».

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Vou pedir aos serviços para convidar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional para tomar o seu assento na Sala.

Pausa.

Quero dar as boas-vindas e desejar bom trabalho a todos, que os trabalhos possam decorrer da melhor forma possível, de modo a que seja um debate aberto, com ideias e preocupações que afectam as crianças e jovens de São Tomé e Príncipe.

Também que todos os Distritos dêem o melhor de si, porque estamos todos cá por uma causa bem maior, que são as crianças. Quando se trata das crianças tem que se ter um cuidado especial.

Então, espero que os nossos projectos, que serão nossos, possam ser da melhor forma possível, tanto na apresentação, como na implementação porque são muito importantes, tanto para nós como Deputados e também para todas as crianças de São Tomé e Príncipe.

Pausa.

Caras e caros Deputados, vamos agora aguardar a chegada de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional.

Pausa.

Gostaria de dar um bom dia a Sua Excelência Representante da UNICEF Mariavitéria Ballota e outros integrantes da UNICEF, da FONG, os professores e a todos os convidados.

Passemos de seguida a eleição dos membros da Mesa. A nossa Mesa, como podem ver, está composta pela Presidente, a Vice-presidente, a Secretária, mas há a necessidade de elegermos os Vice-secretários.

Temos a candidatura de três Deputados para secretários e peço aos serviços que distribuam os boletins dos votos.

Os candidatos para Vice-secretários são Patrício da Graça Mama, Misael do Nascimento dos Ramos e Juferino do Espírito Santo.

Pausa.

Peço desculpa, vamos suspender o acto de eleição para recebermos o Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Entretanto, deu entrada na Sala o Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

«Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Excelentíssima Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Nacional, Excelentíssima Sra. Representante da UNICEF, Excelências, caras e caros Deputados Infanto-juvenis, caros professores e demais presentes, bom dia a todos.

Passo a chamar a Sra. Representante da UNICEF, que é um dos nossos parceiros mais importantes, para fazer as suas breves considerações.

A Sra. **Representante da UNICEF** (Mariavitória Ballota): — «Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Representante do Ministério da Educação e do Ensino Superior, caras e caros Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil: Antes de mais, agora no mundo quando acontecem estes eventos tão especiais e importantes costuma-se fazer *selfie*, então peço-vos a todos que façamos um *selfie* para que este momento fique registado, como no dia dos Óscares do cinema.»

Pausa.

«Obrigado por essa alteração de programa. É importante que este momento fique registado para memória futura.»

Aplausos gerais.

«Gostaria de aproveitar esta ocasião para saudar a todos os presentes, especialmente aos nossos jovens Deputados e Deputadas, nesta cerimónia de abertura da IV Sessão Plenária do Parlamento Infanto-Juvenil, sob tema...

Conhecem o tema desta sessão?

Vozes: — Sim.

A Sra. **Representante da UNICEF:** — Qual é?

Vozes: — «Um São Tomé e Príncipe melhor para todas as crianças.»

A Sra. **Representante da UNICEF:** — «Um São Tomé e Príncipe melhor para todas as crianças, adolescentes e jovens.

É com muita alegria e satisfação que me dirijo a vós, hoje, enquanto Representante Adjunta da UNICEF aqui em São Tomé e Príncipe, para vos felicitar pelo vosso segundo ano de mandato.

Repetimos sempre que o jovem e a criança são o futuro do País, mas talvez nos esqueçamos de salientar o que vocês representam hoje mesmo. Todos nós, aqui presentes, somos testemunhos dos vossos esforços diários em prol de uma juventude, de uma criança mais implicada, não somente hoje aqui no Parlamento Infanto-Juvenil, mas também nas suas casas, nas suas comunidades, na escola, como também da vossa chamada de atenção e alerta aos actuais representantes da Nação.

Excelências, o Parlamento Infanto-Juvenil surge como um mecanismo criado para permitir que as crianças, os adolescentes e os jovens disfrutem dos seus direitos, a liberdade de se exprimir livremente, exteriorizando desta forma o seu pensamento e as suas aspirações.

Se os jovens são a nossa prioridade em vários programas ao nível nacional, ninguém melhor que eles para nos fazer compreender o que pensam, o que sabem, o que querem e como querem. É nesta óptica que a UNICEF vem apoiando na dinamização do Parlamento, com o objectivo de tornar os nossos jovens Deputados e Deputadas em agentes de mudança, capazes de mobilizar e engajar os seus pares a contribuir no combate aos principais problemas sociais que assolam as suas comunidades, por exemplo, o problema das crianças que ainda não vão à escola, das crianças que deixam a escola, da gravidez precoce,

mas também do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, da violência nas comunidades, de crianças que não têm uma família.

Tornemos o Parlamento verdadeiramente funcional, com uma liderança forte da juventude, sem negligenciar o apoio da tutela da 3.^a Comissão Especializada Permanente.

Queridos jovens Deputados e Deputadas: Como é do vosso conhecimento, este ano, no dia 20 de Novembro de 2019 celebramos os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Portanto, ao celebrarmos esta efeméride, vamos nos unir mais uma vez e fazer uma nova promessa para as crianças e jovens deste país: a promessa de não só reconhecer os seus direitos, mas investirmos mais meios e esforço para rever esses direitos; a promessa de não só defender os seus direitos, mas transformarmos em oportunidades reais para as crianças sobreviverem e prosperarem. Oportunidade, como garantir que toda criança tenha uma carteira na sala de aula; oportunidade, como os cuidados de saúde, incluindo vacina e apoio nutricional, cada vez mais perto de onde vivem; oportunidade, como o aconselhamento e a reintegração de serviço para ajudar as vítimas de maus tratos, negligência, abuso e outra forma de violência em casa, nas escolas, noutros locais, para curar as suas mentes e os seus espíritos; oportunidade como estágio, para emprego e habilidade para que os adolescentes e jovens de São Tomé e Príncipe possam moldar vida melhores para si, mesmos e mesmas, e as suas comunidades.

Nós, a UNICEF, vamos continuar a nossa acção de advogados da criança, juntamente convosco, para que os governos continuem investindo, focando e transformando os direitos da criança em realidade.

Com a legislação nacional, programa e orçamento cada vez mais amigo das crianças, que beneficiem todas. Vamos continuar as nossas acções, visando colocar ênfase especial sobre aquelas crianças que infelizmente continuam invisíveis. Toda aquela criança, que vocês representam, que não está aqui hoje, que está em casa, que não vai à escola, que não tem oportunidade para brincar, que não tem oportunidade para desenvolver. As crianças que permanecem invisíveis, deixadas para trás, no dia-a-dia, na nossa sociedade. As que vivem em famílias mais pobres e mais marginalizadas. Vamos dar ênfase ao programa que aborde a crise da violência que a infância enfrenta.

Ao terminar, gostaria de manifestar-vos o meu orgulho pela vossa caminhada, pela vossa capacidade não só de análises do nosso contexto, como também de apresentação de soluções concretas e precisas para que consigamos tornar o tema desta plenária em realidade: Um São Tomé e Príncipe melhor para todas as nossas crianças. É claro que não se esqueçam de usufruir também desta fase da vossa vida: a infância e a adolescência. É a fase muito importante. Então, engajem-se com o Parlamento, com a comunidade, mas não se esqueçam de brincar, não se esqueçam de estudar de divertir-se, sempre com alguma responsabilidade também. Um bem-haja a todas e a todos.»

A Presidente: — Obrigada, Sua Excelência Representante da UNICEF.

O Parlamento Infante-Juvenil tem muito que agradecer a UNICEF. Agora passo a convidar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, para breves palavras.

O Sr. Presidente da Assembleia Nacional (Delfim Neves): — Bom dia a todas e todos.

Voices: — Bom dia.

Normalmente, o Presidente fala na Mesa, mas hoje tive que vir ao púlpito: «Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Srs. Presidentes e os membros da 3.^a e 5.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, Sra. Representante da UNICEF, cara Presidente do Parlamento Infante-Juvenil, os restantes membros da Mesa, caras e caros Deputados do Parlamento Infante-Juvenil, Sr. Director do Instituto da Juventude, Sras. e Srs. Professores, caras e caros convidados: É com enorme satisfação que vos saúdo na ocasião em que se comemora o 1.^o Aniversário da Institucionalização deste Parlamento Infante-Juvenil. Acontecimento que demonstra o extraordinário impacto que vem ganhando a aproximação dos cidadãos mais jovens da actividade política. Alguns, dentre vós, poderão não estar muito de acordo com a minha afirmação, já que se passaram meses, sem que tenhamos realizado qualquer actividade, mas devo dizer-vos que se tal não aconteceu, isso se deve a determinados factores, dentre os quais a falta de financiamento necessário à sua concretização que ainda não estão ao nosso alcance. Mas reconhecemos que se torna cada vez mais importante a entrada de jovens na vida política do País, de forma a diminuir a desconfiança de que alguns cidadãos ainda demonstram para com a classe política mais antiga, tal como vem inscrito no documento que cria a vossa organização. Cito: “a preparação dos nossos jovens que no futuro poderão conduzir o destino do nosso país, constituindo assim uma condição primordial para o desenvolvimento socioeconómico e sustentável da nossa nação”, fim de citação. Palavras sábias que estão conforme com a situação que agora vivemos a de que um país enfraquecido por diversos problemas, tais como: deficiente qualidade de educação e saúde, fraco acesso à água e a luz, uso abusivo de bebidas alcoólicas, baixa produção, desemprego, a descentralização e separação familiar, o uso de drogas, etc., etc. Esses flagelos estão na base da pobreza que aflige grande parte da nossa população, atingindo sobretudo as mulheres, as crianças e jovens. É óbvio que esses problemas não são apenas de São Tomé e Príncipe. Atingem uma grande

parte da humanidade mundial e se as suas causas não forem identificadas e combatidas, com decisão e coragem, poderão alastra-se definitivamente, alastrando-nos para uma situação verdadeiramente desastrosa. É por isso que devemos atender a firmeza da Assembleia Nacional na defesa do Parlamento Infante-Juvenil, como uma medida indispensável a oportuna participação das crianças e jovens são-tomenses na vida política, transmitindo-lhes os conhecimentos fundamentais sobre a composição e fundamento de Órgão de Soberania que através de debate, elabora as leis e fiscaliza a acção do Governo. Por isso, o Parlamento não pode nem deve ser visto como um simples divertimento, um lugar para onde se vem apenas, para exibição ou satisfação dos interesses meramente pessoais ou de grupos. Devemos pelo contrário, assumi-lo como uma importância de que efectivamente tem para a verdadeira implantação do nosso sistema democrático, objectivo que apenas se realizará se puder contar também com o vosso contributo, como dignos colaboradores na formação e informação dos cidadãos.

A minha presença aqui é para vos garantir que a Assembleia Nacional tudo fará para orientar nesse sentido, a existência do Parlamento Infante-Juvenil, concedendo a este órgão o apoio necessário ao seu desenvolvimento, tendo em conta o trabalho que dele se espera.

Caras e caros parlamentares: É longo e difícil o nosso caminho para o desenvolvimento. Mas o mesmo será menos cansativo se em plena conjugação de esforços, nós todos, as cidadãs, os cidadãos e as diversas comunidades de que se compõe o nosso país, nos mostrarmos disponíveis para chegar com êxito ao final da caminhada, agindo para que o país democrático que estamos interessados a consolidar se torne mais conhecido por dispor de cidadãos, plenamente conscientes dos seus direitos e deveres.

Sendo assim, é nosso dever contribuir para o combate à gravidez precoce, o abandono escolar, a violência doméstica, o trabalho infantil, o consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas. Assim, poderá surgir aos olhos dos são-tomenses e do mundo, um São Tomé e Príncipe melhor para todas as crianças.

Quero aproveitar o ensejo para agradecer ao Sistema das Nações Unidas, de um modo geral e, em especial, à Representante da UNICEF em São Tomé e Príncipe, pela tão grata colaboração e ajuda que vem prestando às nossas crianças, com a necessária relevância ao Parlamento Infante-Juvenil. De igual modo, agradecer e felicitar o Governo da República de São Tomé e Príncipe, na pessoa da Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior pelo brilhante papel que tem vindo a brindar na defesa das causas infanto-juvenis. Estou certo de que todos juntos, construiremos a pátria renovada que desde sempre preconizamos.

Bem-haja e muito obrigado a todos.»

A **Presidente**: — Agradeço a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional e a todos os Deputados. O nosso maior papel na Assembleia Nacional é dar voz às crianças e o nosso objectivo é resolver as problemáticas que têm ocorrido no nosso país. Agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional, não só como o cargo que exerce, mas também pela sua atenção especial pelas crianças.

Agora, vai-se fazer uma suspensão para foto de família, para a qual tenho a honra de convidar Sua Excelência o Presidente. Mas, antes, em nome do Parlamento Infante-Juvenil, gostaria que recebesse esta oferta.

O Sr. **Presidente da Assembleia Nacional**: — Muito obrigado.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Declaro suspensa a sessão.

Eram 11 horas e 4 minutos.

A **Presidente**: — Havendo quórum, declaro reaberta a sessão.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Como podemos ver, a nossa Mesa está incompleta. A Mesa está composta pela Presidente, as Vice-Presidentes, as Secretárias, havendo necessidade de se eleger os Vice-secretários e, especificamente, eleger rapazes. Temos três candidaturas. Os candidatos aqui presentes são: Patrício da Graça Mama, do Distrito de Cantagalo, Misael dos Ramos, do Distrito de Lembá, Juferino do Espírito Santo, de ARCAR.

Os Serviços vão distribuir os boletins. Peço aos caros Deputados e os demais que só se pode votar em dois quadradinhos. São três candidatos, mas só podem votar em dois.

Enquanto se estiver a distribuir os boletins para a eleição, a UNICEF preparou uma surpresa para os Deputados. Trata-se de um vídeo, há tanto esperado, que vai ser passado dentro em breve.

Aplausos gerais.

Já têm os boletins, vamos votar. Peço aos candidatos que se levantem e se apresentem.

O **Deputado Juferino do Espírito Santo** (ARCAR): — Chamo-me Juferino, tenho 16 anos, vou-me candidatar para o cargo de Vice-secretário da Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil.

O **Deputado Patrício da Graça Mama** (Cantagalo): — Chamo-me Patrício da Graça Mama, sou do Distrito de Cantagalo. Também vou-me candidatar para o cargo de Vice-secretário.

O **Deputado Misael dos Ramos** (Lembá): — Chamo-me Misael dos Ramos, vou-me candidatar para o cargo de Vice-secretário.

A **Presidente**: — Recordo que apenas podem votar em dois quadrinhos. Alguém tem algo a dizer em relação aos candidatos? Alguma reacção? Então, vamos votar.

Convido os Secretários da Mesa a procederem à contagem dos votos.

Tenho uma observação, se notarem a candidatura só abarca rapazes, isto devido à paridade de género.

Pausa para contagem dos votos.

De acordo com os resultados Juferino do Espírito Santo conseguiu 36 votos a favor, Patrício da Graça Mama conseguiu 33 votos a favor e Misael do Nascimento conseguiu 25 votos a favor e houve 1 voto nulo.

Submetido à votação foram eleitos Juferino do Espírito Santo e Patrício da Graça Mama Vice-secretários do Parlamento Infanto-Juvenil.

Aplausos gerais.

Gostaria de convidar Sua Excelência a Ministra da Educação e Ensino Superior a usar da palavra.

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior** (Julieta Rodrigues): — Excelentíssima Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil e os membros da Mesa, Excelentíssimo Sr. Ministro da Presidência, Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Excelentíssimas Sras. Deputadas da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Deputados da Assembleia Nacional, Excelentíssima Sra. Representante da UNICEF, caras Deputadas e caros Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, minhas senhoras e meus senhores: É com particular emoção que saúdo a todas as crianças e adolescentes aqui presentes neste Parlamento vindo dos diversos cantos do País, em representação das crianças dos ensinos básicos e secundários dos seis Distritos e a Região Autónoma do Príncipe.

A comunidade internacional tem procurado mecanismo de resposta para as várias violações dos direitos das crianças que ocorrem nos quatro cantos do mundo. Tendo sido adoptada em 1989 pela Organização das Nações Unidas, a Convenção sobre os Direitos das Crianças, a qual São Tomé e Príncipe é signatário.

Tendo em conta o objecto deste Tratado, este documento é o Tratado de Direitos Humanos Internacionais mais amplamente ratificado. Porém, 30 anos se passaram e ainda presenciamos graves violações aos direitos das crianças.

Neste sentido, o XVII Governo Constitucional encontra-se comprometido com a defesa e a promoção dos direitos das crianças no nosso país. As crianças, são sem dúvida, os futuros dirigentes deste país e na sequência do *slogan* nacional para o mês da criança, “Um São Tomé e Príncipe Melhor para todas as Crianças” é urgente que os seus direitos possam ser salvaguardados pela família, pelo Governo e pela sociedade em geral, uma vez que a responsabilidade de oferecer um país seguro para as nossas crianças é de todos.

No quadro do Programa do Governo daremos uma atenção especial as entidades privadas e ONG que têm desenvolvido as suas actividades no ramo da protecção das crianças e um apoio significativo às famílias mais vulneráveis de forma a mitigarmos consideravelmente todas as formas de violência contra as crianças no seio da própria família.

Minhas senhoras e meus senhores, o Parlamento Infanto-Juvenil revela-se de extrema importância por ser um mecanismo nacional cujo objectivo é dar às crianças e adolescentes a oportunidade para reflectirem sobre os seus direitos e deveres, bem como questões sociais que afectam as suas comunidades e a interagirem com os membros do Governo, órgãos da justiça e organizações da sociedade civil trazendo assuntos de relevância e questões sobre as suas prioridades e preocupações, de forma a garantir que algo esteja a ser feito permitindo assim a participação e o envolvimento das crianças, nossos futuros governantes.

Nos assuntos em que estão directamente envolvidos, sendo um caminho para a mudança o desenvolvimento do nosso país.

As crianças, adolescentes são-tomenses, aqui presentes mostram claramente o firme interesse do Estado em promover a participação activa das mesmas nos assuntos de interesse relevante para o País.

Espero muito sinceramente que possam continuar resiliente nesta tarefa árdua que é defender os vossos direitos, não se esquecendo dos vossos deveres.

Caras e caros Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, São Tomé e Príncipe precisa de vós. Aos pais e encarregados de educação e a sociedade em geral, pedimos que cooperem com o Governo na construção de uma sociedade sem violência e um ambiente saudável para as nossas crianças.

Um bem-haja a todos e muito obrigada.»

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Os nossos sinceros agradecimentos a Sua Excelência Ministra da Educação e Ensino Superior.

Passo a palavra à Sra. Secretária para fazer a leitura do Projecto de Resolução do Parlamento Infanto-Juvenil.

A **Secretária** (Mialayne Lavres): — Passo a ler: «Projecto de Resolução do Parlamento Infanto-Juvenil n.º 3/II/2019– Eleição de dois Vice-secretários da Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil 2018 a 2020.

Preâmbulo.

Na X Legislatura 2014 a 2018 através da Resolução n.º 72/X/2017 de 28 de Abril, a Assembleia Nacional institucionalizou o Parlamento Infanto-Juvenil. O primeiro Parlamento Infanto-Juvenil legalmente constituído realizou-se entre os dias 14 e 16 de Junho do ano 2018.

Assim, tornando-se necessário proceder à eleição de dois Vice-secretários para completar a composição da Mesa da Assembleia do Parlamento Infanto-Juvenil para a I Legislatura;

A Assembleia do Parlamento Infanto-Juvenil resolve, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do seu Regimento, o seguinte:

Artigo 1.º, eleição. São eleitos para o cargo de Vice-secretários da Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil os Deputados juniores Juferino do Espírito Santo e Patrício da Graça Mama.

Artigo 2.º, entrada em vigor. A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Parlamento Infanto-Juvenil, em São Tomé, aos 28 de Junho de 2019.»

A **Presidente**: — Após a leitura vamos aprovar o projecto de resolução na generalidade, especialidade e em votação final global.

Vamos votar na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 45 votos a favor.

A votação na especialidade é para os Deputados sugerirem alteração, correcção sobre o documento antes de se fazer a votação. Não podemos estar a votar sobre algo que não sabemos.

Pausa.

Prosseguindo as deputadas e Deputados já fazem a mínima noção daquilo que estão a ler?

Vozes: — Não!

A **Presidente**: — Caras e caros Deputados, eu creio que estão a fazer confusão na vossa cabecinha. É nada mais, nada menos, como se fez a eleição dos Vice-secretários, este procedimento agora é só para confirmar. Já entenderam?

Vozes: — Sim!

A **Presidente**: — Têm alguma proposta de alteração? Porque já votamos na generalidade e agora falta a votação na especialidade.

Há alguma reacção?

Pausa.

Não havendo, vamos passar à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passemos agora à votação final global. A votação final global é basicamente para fecharmos a votação, porque já concordámos na generalidade e na especialidade. É a conclusão deste processo de votação do projecto de resolução. Entenderam?

Vozes: — Sim.

A **Presidente**: — Passemos então à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Caras e caros Deputados, nós vamos para uma parte bem interessante dos nossos trabalhos, que é a suspensão para o lanche, mas temos que ser breves porque o tempo não está a nosso favor.

Declaro suspensão a sessão por 10 minutos.

Eram 11 horas e 4 minutos.

Caras e caros Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Passemos para os assuntos de interesse relevante. Para explicar melhor, é um momento em que cada Deputado pode expor os problemas. Não é obrigatório, mas é importante, tanto ao nível dos Distritos, como ao nível do País e em que os Deputados seniores poderão responder se assim entenderem.

Peço também que se inscrevam com a Secretária que tomará nota dos que queiram intervir.

Pausa.

Colegas Deputados, o momento é agora, têm que se inscrever para depois se dar a palavra.

Pausa.

Vamos dar prosseguimento aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Deputado Joshua Takounjou.

O **Deputado Joshua Takounjou** (Água-Grande): — Antes de mais, queria endereçar os meus cumprimentos a todos os Deputados membros da 3.^a e 5.^a Comissão da Assembleia Nacional, agradecer a todos os Deputados Infanto-juvenis, a todos os professores e acompanhantes.

A minha intervenção é para abordar um pouco acerca da união entre os Deputados do Distrito de Água-Grande e os da FONG. Como sabemos, uma boa parte dos Deputados da FONG estudam no Distrito de Água-Grande e há necessidade deles também terem um grupo forte, um grupo de pessoas que realmente queiram apostar neles e ajudá-los a expor as suas ideias.

Desta feita, agora decidimos coligar com os Deputados da FONG. Hoje apresentaremos um projecto que aborda sobre os Deputados da FONG. Espero que todos possamos aprovar esse projecto, uma vez que os Deputados da FONG representam as crianças portadoras de deficiência ou em situação de risco de todo São Tomé e Príncipe e não só do Distrito de Água-Grande.

Aplausos.

A **Presidente**: — Peço desculpa, mas é para convidar os mini-Deputados a falarem no púlpito.

Tem a palavra a deputada Lueje d'Alva.

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Só queria esclarecer um inconveniente. Ontem nem todos estivemos presentes aqui e houve algumas alterações que fizemos hoje. Não sei se têm que estar registada na Mesa para que todos depois tenham acesso a essa informação. Que é, por exemplo, o nome do nosso projecto, que antes era relativamente à inclusão social e mudou.

Não sei se temos que ver com a Mesa para rectificar o erro, se não for algo de muito relevante que temos de nos preocupar.

A **Presidente**: — Penso que têm que dirigir aos serviços. Estamos a tratar de assuntos de interesse relevante e vamos deixar os projectos para o fim. Os serviços vão se encarregar disso.

Os assuntos relevantes são os problemas dos vossos Distritos, para vocês exprimirem e trazerem possíveis soluções. É isso que queremos e espero que estejam a entender. Peço que se encaminhe para o púlpito.

Tem a palavra a deputada Núbia Mateus.

Murmúrios.

Espero que estejam a encarar o Parlamento Infanto-Juvenil com seriedade.

A deputada Núbia já não vai intervir?

A deputada negou, acenando com a cabeça.

Tem a palavra o Deputado Fábio dos Santos, do Distrito de Mé-Zóchi.

O Deputado Fábio dos Santos (Mé-Zóchi): — Boa tarde a todos colegas Deputados e amigos.

Não vou apresentar o problema do meu Distrito, mas sim dos estudantes e alunos em geral.

Antes de mais quero fazer uma pergunta. O que faz um aluno se dirigir a uma biblioteca da escola? Eu mesmo vou respondê-la.

Risos gerais.

O objectivo dele se dirigir a esse local, é procurar informações que está no livro que o professor leccionou na turma. Mas encontro um grande erro nas bibliotecas são-tomenses, porque os livros e os folhetos que são utilizados nas salas de aula, os alunos não conseguem meios financeiros para os comprar de imediato e tentam se dirigir a biblioteca para buscarem informações que coincidem com aquilo que o professor falou na turma.

Mas muitas vezes dirigindo-se a biblioteca, não encontram informações que os ajudam a entender e compreender a matéria que o professor está a leccionar. Acho que isso é um problema que devia ser corrigido de uma forma urgente. Não é algo de grande importância na sociedade, mas são as pequenas coisas que não contribuem para o nosso desenvolvimento. Apostando nos pequenos factos, vai contribuir para fazer os factos maiores.

É tudo que tenho para dizer.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Houve uma troca de última hora com os Deputados de Mé-Zóchi.

Tem a palavra o Deputado Tiago, do Distrito de Mé-Zóchi.

O Deputado Tiago Almeida (Mé-Zóchi): — Bom dia, caros e caras colegas Deputados, caros Deputados da 3.^a Comissão e a todos que se encontram cá.

Venho colocar em questão um problema. É um problema relativamente da minha escola, que tem a ver com a teoria e a prática.

No Liceu Maria Manuela Margarido (MMM) temos várias salas, onde se poderiam realizar as aulas de química e biologia, e utilizadas como laboratório. Temos falta de laboratórios. Porque um professor pode estar na turma, ele fala, o aluno entende sim, mas sabemos que na nossa sociedade, para que possamos ter aquilo em mente não é só a aula teórica. Aquilo que aprendemos é que vai valer. Precisamos de ter a prática, precisamos de estar em contacto com aquilo que aprendemos e este é o problema que está no Liceu MMM. Nós não temos laboratórios disponíveis, os laboratórios existem sim, mas são ocupados com outras coisas, como para o encontro dos professores e os alunos que precisam de um laboratório não têm nada.

Então estou aqui a apelar que o Governo nos possa ajudar nesta questão. Porque fica muito difícil entender tudo que o professor diz, senão tivermos um contacto directo com aquilo que ele diz. Ele diz sim, aprendemos sim, mas temos que ter um contacto directo, temos que ter a prática.

Não estou a dizer que a teórica não vale, mas a teórica anda junto com a prática e ela não funciona sem a prática.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Tem a palavra a Deputada Leandra Lopes, do Distrito de Lobata.

A Deputada Leandra Lopes (Lobata): — Bom dia a todos.

Vou falar sobre o problema da minha escola. A minha escola não tem um bom cercado, alguns meninos de rua entram com a faca para dentro da escola, agredem os alunos e ameaçam os professores, falando conversas que não se deve.

Sempre que tentamos fazer qualquer tipo de brincadeira na escola, os alunos que não são bem-vindos entram na escola agredem-nos e dizem que se formos queixar nos metem com a faca. Todo o momento, isso acontece.

Na nossa escola não temos muitas mesas na cantina e a maioria já estão se quebrando, não temos onde comer.

Não temos um bom campo de bola, quando chove, para fazermos educação física, temos que organizar bem as mesas e fazer dentro das turmas. Porque quando chove o pátio da escola onde fazemos educação física, fica todo encharcado.

Peço ao Governo que nos ajude a resolver estes problemas.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Teodora Viegas, do Distrito de Lobata.

A **Deputada Teodora Viegas** (Lobata): — Bom dia a todos.

Gostaria de falar sobre o nosso mercado. No Distrito de Lobata, em Conde, onde habito, só há um mercado. Ele encontra-se em péssimas condições. As palaiês vendem fora do mercado e isso traz muitas doenças, porque os peixes que vamos usar podem estar contaminados, as moscas podem lá pousar, deixar as bactérias e isso pode fazer mal a nossa saúde.

As palaiês podem vender no nosso mercado, mas as mesas não estão a favorecer, nem há condições. O mercado fica sujo, urinam lá e tem mau cheiro.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Isaura Lima, do Distrito de Lembá.

Peço aos caros mini-Deputados, se tiverem algumas perguntas para os nossos Deputados seniores, estejam à vontade porque eles estarão aptos para responder.

Tem a palavra a Deputada Isaura Lima, do Distrito de Lobata.

A **Deputada Isaura Lima** (Lobata): — Caros Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, caros Deputados da 3.^a Comissão, bom dia a todos.

Venho cá colocar um problema que afecta, desde sempre, a nossa Escola Secundária de Neves. Ela está em péssimas condições, porque as salas não têm portas, os quadros não estão em boas condições e os tectos das salas estão furados.

Também não temos um bom cercado e as carteiras também não estão em condições e os alunos se sentam, por vezes, quatro por carteira e às vezes cinco. Acho isso inadmissível e quero cá pedir ao Governo que interceda por nós de Lembá, porque precisamos de apoio, uma vez que o nosso Distrito é um dos Distritos industriais e oferece muito ao nosso país. Lembrem-se que uma vez fecharam a estrada em Lembá, quase São Tomé parou por falta de gasolina e outras coisas.

Então venho cá pedir ao Governo que se lembrem do povo de Lembá e que não se esqueçam que somos do mesmo país, somos todos irmãos e merecemos também apoios.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem a palavra o Deputado Misael dos Ramos, do Distrito de Lembá.

O **Deputado Misael dos Ramos** (Lembá): — Caros Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, caros Deputados da 3.^a Comissão, bom dia a todos.

A Isaura já falou uma parte daquilo que eu vinha dizer. A outra parte é que os jovens que terminam a formação ficam parados, porque não têm algo para complementar a vida, algo profissional, por exemplo, o trabalho.

Na zona de Santa Catarina estão precisando urgentemente de médicos, porque se houver um caso de parto, os médicos ou doutores que vão para lá são de Neves e então não há como atender aquela mulher que precise. Precisamos de escolas profissionais para a saúde, para sermos alguém amanhã.

Precisamos da ajuda do Governo para que o nosso Distrito seja um bom Distrito, neste caso, para que não aconteça mal algum. Como somos Deputados do Parlamento, devemos tentar resolver os problemas no nosso Distrito. Somos de lá e devemos proteger e guardar o nosso Distrito.

Então, vim pedir ao Governo para construir mais escolas profissionais para o melhoramento de cada área no nosso Distrito.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Denilze Felipe, do Distrito de Cantagalo.

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Boa tarde a todos. Eu vim falar dos problemas do meu Distrito.

Sabiam que há famílias que estão a viver em casas a cair?

Acho que sabem sim. Querem saber o porquê?

Sabem que lá para zona do sul, por exemplo, Amparo e Colónia, tem famílias que vivem em casas, tipo, os edifícios que os colonos deixaram. Esses edifícios já estão a cair.

Eu só não entendo, como é que o Governo sabe disso, e anda construir casas para pessoas que já têm.

Se há casas a caírem, se há famílias a perderem o lugar para viverem, como é que se vai construir casas, para pessoas que já têm?

Eu não estou a dizer que não se pode construir casas para idosos.

Constrói-se sim. Mas reabilita-se o asilo e coloca-se os idosos. Põe a criança, mãe, pai, família, que tem que criar a criança de baixo de um tecto.

O Governo sabe, que tem casa a cair, mas ninguém faz nada. Porquê?

Falando também das escolas.

Alguém aqui já estudou em Algés?

Acho que não. Ninguém.

Algés é uma escola, acho que está a ser alugada, não sei...

Risos e murmúrios.

Isso aí não é uma escola, não foi feito para ser uma escola. O tecto é feito de bloco, e quando se está na sala poeirinhas caem e batem na cabeça...

Risos.

Duas salas já desabaram.

A nossa sorte foi que era a noite e não tinha alunos. Se tivessem alunos lá dentro, o quê que ia acontecer?

Alunos iriam morrer?

Lá não tem nada, não tem biblioteca, não tem campo, não tem água e não tem cercado.

Os alunos fazem a Educação Física em cima de brita. Isso pica. Isso é normal? Não.

Será que o Estado não está a ver isso?

Será que o Governo não está a ver?

A escola de Santana, por exemplo, parece que vai dividir ao meio.

Está em forma de L. E nessa parte de cruzamento, está a dividir. O que colocaram?

Colocaram um monte de bobo, para poder colar. Isso vai assegurar? Não.

Lá não tem cercado, a escola na parte de trás esta aberta.

Não temos sala de informática.

Como o nosso Deputado falou cá, aula teórica anda junto com a prática. Vocês dizem que somos homens de amanhã, futuro de amanhã.

Imaginemos uma planta. O quê que ela precisa para poder dar frutos?

Ela precisa de água, sol, barro. Ela precisa de tudo. Não vão deixar só uma planta lá, para poder crescer.

Não, não consegue.

Precisamos de apoio do Governo. Quer saber porquê?

Um das coisas que faz São Tomé e Príncipe ser pobre, também é a mentalidade das pessoas.

Aplausos gerais.

Tem muita gente que diz: há, eu não porque o País já tem dono. O País já tem dono?

Nós devemos ser capazes e ter aquela coragem de dizer, não. Eu posso, eu vou conseguir. Nós somos crianças.

Por exemplo, se encontrar uma pessoa a deitar lixo ao chão, deve dizer não. Isso não pode ser. O ambiente é nosso.

Nós, as crianças, enquanto mini-Deputados, devemos andar mais no terreno fazendo mais campanha de sensibilização, com outra dinâmica, apresentando o nosso São Tomé, que em alguns aspectos está muito sujo e outros países que estão limpos, ou seja, mostrando a criança para ela ver. Vimos dois vídeos: um a mostrar que o País está limpo, outro sujo, é claro que a criança vai escolher o que está limpo.

Então, vamos também pensar. Nós somos crianças, devemos também começar dar o exemplo. Não dizer palavra feia, cumprimentar as pessoas na estrada, porque isso é a educação.

Desde pequeno, se torce o pepino. Eu não estou a falar que, dá criança, uma palmada, é para poder ir a cadeia, porque é violência doméstica.

Se uma mãe der uma palmada a criança, olhe, que, não tem problema.

Quem aqui nunca tomou palmada?

A Presidente: — Eu peço a Deputada, que seja mais breve, porque o tempo não está a nosso favor.

A Deputada Denilze Filipe (Cantagalo): — Ok. Eu peço que comecemos a dar o exemplo.

Nós somos infanto-Deputados, devemos dar o exemplo. Não fiquemos aqui sentados a fingir de santos, depois sair e fazer bobo, não.

Peço ao Governo que olhe para famílias que não têm lugar para viver, que a casa está a desmanchar, por favor!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Bom, eu não queria intervir agora, queria fazê-lo no fim. Mas faço-o como pessoa, não pelo cargo que estou agora, como Presidente. Nem tudo se deve culpar o Estado, porque a pobreza no País, é evidente. Todo mundo vê problemas.

Todos nós olhamos para nossa cidade, vemos a sujeira, vemos isso, vemos aquilo. Mas nem tudo deve-se culpar o Estado.

O Estado para além de terem os problemas, como posso dizer, relacionados com as crianças, tem que apresentar soluções para as crianças, e também têm outros problemas.

Eu não estou a justificar, estou a dizer que a pobreza no nosso país é evidente. Somos muitas das vezes dependentes de outros países, sempre com apoio daqui, apoio dali.

Espero que os mini-Deputados, que estão aqui, ponham na consciência que quem tem que fazer a diferença somos nós.

Nós não estamos cá para apontar quem está a pecar.

Apesar de ser importante sim, mas para mudarmos o nosso São Tomé, temos que começar da nossa casa. Temos que começar a mudar a nossa atitude.

Enquanto crianças do Parlamento Infanto-Juvenil, nós temos um papel muito fundamental.

Quero apelar ao governo, que nós não queremos ficar só no papel, para sermos chamados aqui uma vez por ano, numa época que só convém, porque é o mês da criança.

Ser criança é todos os dias. As crianças são quê? São seres que precisam de cuidados.

Quem assegura esses cuidados é o Governo e também as famílias. A responsabilidade deve começar no seio familiar e também no Governo.

Peço a compreensão de todos. A pobreza no nosso país é evidente. Mas temos que dar o nosso contributo.

Falando do lixo. Olhe a Ilha do Príncipe, nunca fui lá. Mas já ouvi muitas coisas sobre a Ilha do Príncipe.

Na Ilha do Príncipe tem-se feito muito para ajudar o meio ambiente. Salvo erro, porque eles lá têm projectos, e por isso são considerados os preservadores da reserva da biosfera.

Esses exemplos são bons, para serem copiados. Não são só as coisas ruins.

Uma voz: — Presidente, desculpa intervir, mas o tempo não está a nosso favor.

Risos gerais.

A **Presidente**: — Obrigada, cara Deputada.

Risos e murmúrios.

A **Presidente**: — A colega Deputada, quer falar?

Uma voz: — Sim.

A **Presidente**: — Então, sem mais demora, eu acho que falei bastante, então desculpe se ocupei muito tempo, mais é aquilo que eu queria dizer.

Nem tudo se deve culpar o Estado, peço um pouco de silêncio.

Então vamos prosseguir com a lista, quem se inscreveu para falar?

Tem a palavra a colega Deputada Eurídice da Costa.

A **Deputada Eurídice da Costa** (RAP): — Bom dia a todos.

Quanto à Região Autónoma do Príncipe (RAP), eu queria propor a construção de um liceu e que também pusessem uma placa, porque prometeram e não construíram.

Obrigada.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem a palavra a colega deputada Julícia Lima, para uma intervenção.

A **Deputada Julícia Lima** (Fundação Novo Futuro): — Bom dia a todos.

Faço parte da organização não-governamental, mais também sou do Distrito de Água Grande. Venho falar sobre as condições da minha escola, Patrice Lumumba.

Nesta escola, se uma carteira partir ao sentar-se, deve-se pagar.

Não deve ser assim, as carteiras da Escola Patrice Lumumba já esta velha. O ex-ginásio da escola, que já está a desabar, foi transformado numa turma.

Como é que querem que os alunos saiam com bom conhecimento, se não estão a estudar em turmas com boas condições?

Onde já se viu, que quando uma pessoa começa a construir uma coisa e pára?

Começaram a pintar Patrice Lumumba, pararam no meio da estrada. É melhor não pintar, se for assim. Sabe-se que não se pode fazer uma coisa, então não tenta, não faça.

Eu não vim falar só de Patrice Lumumba. Eu não sou do Distrito de Caué, mas já vive lá, sei bem as condições daquele Distrito. Lá os alunos estudam num ginásio que já está estragado, vê-se plantas pequenas nas paredes da escola, o que é isso?

Sabendo-se que a maioria dos Distritos de São Tomé tem bons liceus, porquê que sempre se esquecem do Distrito de Caué?

Ouve-se sempre que há palestras noutros Distritos, mas nunca se ouve que teve palestra no Distrito de Caué. As pessoas lá também são são-tomenses, tem que se lembrar delas. Ouve-se mais no Distrito de Mé-Zóchi, Água-Grande, Lobata, nunca em Caué.

Em Caué há uma escola, com alunos de 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a classe, como uma escola pode estar com todos esses alunos?

A minha irmã estuda no Distrito de Caué, ela disse que na turma dela senta-se muito apertado.

Não é por mal, mas tem uns alunos que brincam e transpiram e quando levantam as mãos, as pessoas sentem o cheiro, não pode ser. Não venho culpar ninguém, só quero que pensem também nas condições dessas crianças, construam um liceu no Distrito de Caué, tem que haver igualdade para todas as crianças.

Porquê que um Distrito pode ter uma boa escola e outro não?

Aplausos gerais.

A Presidente: — Tem a palavra a Deputada Rebeca Sousa.

A Deputada Rebeca Sousa (Distrito de Cantagalo): — Bom dia a todos.

Gostaria de salientar aquilo que a minha colega Denilze Costa Filipe havia dito sobre as escolas. As escolas de Água Izé e Ribeira Afonso têm problemas gravíssimos.

Apesar de termos uma escola feita há pouco tempo, que é Escola Secundária, não temos polidesportivo para educação física. A maioria das escolas em São Tomé têm, mas na Escola de Ribeira Afonso não temos materiais para educação física. Os alunos é que levam a bola para escola para se dar aulas. Isto não pode ser! É dever do Governo criar condições nas escolas. O nosso dever é estudar. Só para acrescentar, dizem que não se pode bater as crianças porque é violar os seus direitos, mas o comportamento não está nada bom, tanto das crianças como dos jovens. Os jovens têm consumido muito álcool, os alunos consomem álcool na escola e isso não é bom. Em vez de os directores e professores tomarem medidas contra isso, não ligam, deixam os alunos a sua sorte, não.

Apesar de escola não ser para educar, têm que ter em conta que se estão lá é para dar exemplos e ensinar-nos, mas isso não está a acontecer.

A Escola de Água Izé está a desabar praticamente já não tem tecto. Quando chove os alunos assistem as aulas molhados, porque não têm como trocar de roupa. O quadro está em péssimas condições, não há espaço para os alunos fazerem a aula de educação física, não há cantina, isso tanto em Água Izé como na Escola Básica de Ribeira Afonso. Em Ribeira Afonso também não há cercado, foi vandalizado, por isso quero pedir ao Governo que possa ter mãos duras sobre isso e procurar forma para resolver esses problemas.

Se estamos num país em que há direitos iguais porquê que as coisas só realizam, como a minha colega da FONG havia dito, nos Distritos de Água Grande e Mé-Zóchi, porque estão mais perto?

Há Distritos longe que precisam de ajuda, porque não ajudam?

Porque estão longe, são excluídos. Espero que os Deputados e Governo possam tomar medidas contra esses problemas, a fim de resolvê-los porque sinceramente temos problemas gravíssimos no nosso Distrito.

A Presidente: — O Sr. Ministro da Presidência e do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares tem alguma contribuição que pode dar?

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro): — Cara Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, caros membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados à Assembleia Nacional, Deputadas e Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, deixa-me fazer uma abordagem generalista sobre este projecto do Parlamento Infanto-Juvenil. A importância de que se reveste este tipo de iniciativa, gostaria de augurar sucessos ao vosso trabalho, desejar sorte e dizer que levem isso muito a sério, porque além de ser um processo de preparação e desenvolvimento pessoal de cada um, até como futuro homens de amanhã, activistas sociais, eventualmente, futuros dirigentes da Nação. É um processo de aprendizagem que devem levar muito a sério e nós da parte do Governo encaramos este projecto com muita seriedade, estamos disponíveis a ouvir

as vossas sugestões, críticas construtivas, opiniões, porque este Governo leva muito a sério a questão da formação dos nossos jovens.

Sabem que estamos num país em que mais de 50% da população é jovem, é constituída por crianças, adolescentes e jovens e esta grande massa populacional tem um contributo muito grande a dar a esta Nação.

A nível do Governo, já foi dito aqui porque tive que me ausentar porque estava na outra reunião aqui ao lado e não acompanhei o debate por completo. Temos uma série de políticas, documentos, convenções internacionais, leis, programas, sobretudo com o nosso parceiro a UNICEF, no que toca aos direitos das crianças, no que toca ao processo de desenvolvimento das crianças, dos jovens, mas é preciso que haja também envolvimento da vossa parte, responsabilização para ajudar.

Embora o Governo defina as políticas e tente encontrar meios para financiar essas mesmas políticas, meios de implementação dessas políticas, cada um de nós, mesmo crianças que são, são também cidadãos deste país. Portanto, têm que ser cidadãos conscientes, responsáveis e colaborar na execução também de alguns desses programas e na mudança de mentalidade sobretudo.

Creio que os assuntos aqui mais aflorados foram a questão do consumo excessivo do álcool, a gravidez precoce e o trabalho infantil. Trata-se de um pacote de diplomas que este XVII Governo leva muito a sério e está a fazer os possíveis dentro das restrições orçamentais do País. Vocês também têm essa consciência de que o País é pobre, depende em mais de 90% das ajudas internacionais. Há algumas carências financeiras que prejudicam ou atrasam a implementação de alguns desses processos. Mas é preciso, como disse, que cada um também enquanto cidadão faça a sua parte no que tange a mudanças de mentalidade, a sensibilização, vocês sobretudo, costuma se dizer que os Deputados são os representantes do povo, neste caso os Deputados do Parlamento Infante-Juvenil não fogem à regra. Estão cá a representar os vossos Distritos, as vossas escolas, têm um papel muito importante no que tange à sensibilização dos vossos colegas, familiares, primos, irmãos para a mudança de mentalidade que pode ser o início de todo esse processo: nas atitudes, nos comportamentos, distinguindo o que é certo, do que é errado e naturalmente trazer estas preocupações ao Governo, as pessoas que têm no fundo a competência para tentar melhorar a situação actual das nossas crianças e dos nossos jovens.

Como disse, há um compromisso firme deste Governo nesta vertente, podem contar com a nossa disponibilidade, nossa abertura para o diálogo, para ouvir-vos, para aceitar as vossas críticas, as vossas lamentações e ver uma forma de trabalharmos juntos para que a mudança aconteça. Como teve a oportunidade de dizer o Sr. Presidente da Assembleia na sua mensagem de manhã, vamos também tentar que este Parlamento Infante-Juvenil que hoje comemora o primeiro aniversário da sua implantação possa ser um órgão mais activo, mais acutilante, que se reúna mais vezes e que produza também proposta para que nós os mais velhos, os governantes possamos ajudar e fazer a nossa parte.

Hoje estamos aqui numa sessão em que foram apontadas algumas situações concretas. No final está previsto haver um relatório com recomendações para o Governo. Creio que vai ser encaminhado a mim na qualidade do Ministro dos Assuntos Parlamentares para depois fazer chegar ao Conselho de Ministros, ao conhecimento do Sr. Primeiro-Ministro e então vermos formas de trabalharmos em conjunto para ajudarmos as nossas crianças a terem melhor qualidade de vida.

Ao chegar ouvi algumas questões sobre a situação das escolas, creio que era uma Deputada de Caué e outra de Cantagalo. Naturalmente, reconhecemos que a situação da educação não está bem, o excesso de alunos nas salas de aula é uma preocupação. Anualmente, temos construído várias salas de aula em várias escolas. Neste orçamento de 2019, está previsto também a construção de algumas salas de aula, a construção do Liceu em Caué faz parte do Programa deste Governo.

A nossa intenção é que no final do nosso mandato de 4 anos consigamos ter um liceu em todos os Distritos e na Região Autónoma do País.

Este é um compromisso que assumimos, vamos começar por Caué por ser uma zona muitas vezes prejudicada, esquecida, mas pretendemos avançar com a construção de um liceu em Caué e naturalmente a reparação, requalificação de várias escolas que temos pelo nosso país que precisam de obras urgentes, mas, como disse, tudo requer financiamento, dinheiro e que infelizmente o País é pobre, depende das ajudas externas ainda, é um quadro que vamos tentar inverter, mas pouco a pouco, passo a passo, tudo é prioritário, não conseguimos resolver tudo ao mesmo tempo, mas há o compromisso de ir resolvendo os problemas conforme as nossas disponibilidades. Volto a repisar, o investimento na juventude, nas crianças é uma das prioridades do nosso Governo.

Gostaria de dizer a Deputada de Caué, que foi consciente ter levantado esta questão, creio também a deputada de Lobata. A questão da descentralização dos grandes eventos, dos grandes acontecimentos que normalmente são centralizados nos Distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi. Queria dizer que ainda ontem decidimos na Comissão Nacional dos Festejos de 12 de Julho, da qual sou Presidente, que este ano, por exemplo, o Acto Central de 12 de Julho vai acontecer no Distrito de Caué. São sinais de mudança, são sinais que vamos dando para que toda a gente se sinta parte do mesmo país, para que ninguém se sinta excluído, fora do sistema. O País é todo nosso, é uno e vamos então trabalhar sempre na união, na coesão social para juntos conseguirmos então atingir os melhores objectivos possíveis.

Para terminar, volto a desejar boa sorte a todos, continuação de bom trabalho e da nossa parte há abertura total para estar convosco, participar e ouvir as vossas opiniões, sugestões e críticas construtivas porque é uma coisa que temos que aprender na mentalidade são-tomense. A crítica construtiva faz bem, ajuda-nos a melhorar, é sempre necessário ter essa consciência cívica muito activa, desde jovem e desde que passem também esse exemplo aos vossos amigos, vossos familiares que é necessário para o bem-estar do nosso povo e do nosso país. Estou cá, se houver alguma questão específica para esclarecer.

Cara Presidente, obrigado.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Os nossos sinceros agradecimentos ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

Vamos dar seguimento com assuntos de interesse relevante.

A Mesa está a propor uma alteração do programa, porque se fizermos a apresentação dos projectos e sua aprovação ficará muito tarde para o almoço. Neste caso, os serviços e a Mesa propõem aos Deputados que nós façamos as apresentações dos projectos, fôssemos almoçar e depois retomássemos para aprovação. Assim facilitaria mais os nossos trabalhos.

Tem a palavra a Deputada Núbia Mateus.

A Deputada Núbia Mateus (Água Grande): — Venho cá falar da situação da minha escola que já foi construída a quase três anos. É uma escola que tem 15 turmas, mas não tem condições apropriadas para os alunos estudarem.

Não tem campo para se fazer exercícios físicos, não tem materiais desportivos, como bola, etc., e não tem cercado apropriado.

Uma vez um ladrão fugiu da cadeia e foi refugiar-se na escola. A polícia perseguiu-o e nós estivemos em risco. Dizem que as crianças têm direito à protecção, imagina que o ladrão chegasse à escola e pegasse alguma de nós, como seria?

Não tem um cercado em condições e outro problema é que a nossa escola não tem água canalizada. Temos que subir até a lavandaria, praticamente até Madre de Deus, apanhar água e voltar para a turma. Há alunos até que cheguem à escola, ficam na rua porque os professores não permitem a saída para ir apanhar água. São obrigados a trazerem água de casa porque não temos água canalizada na escola.

Este é um dos problemas que venho cá trazer, espero que o Governo tome medidas porque isso é um assunto muito desagradável para nós. Pensamos até que a nossa escola ficou meio esquecida porque não tem condições apropriadas.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Tem a palavra o Deputado Joshua Takounjou.

O Deputado Joshua Takounjou (Água Grande): — Quero abordar uma questão que briga com todos nós que somos infanto-Deputados.

Hoje debruçamos sobre muitos problemas que afligem as nossas escolas, nossas comunidades, mas estamos a nos esquecer de um passo que é importante, que são as soluções.

Muitos de nós hoje apresentamos as nossas preocupações, mas até então não ouvi soluções.

Penso que a presença cá da nossa Ministra é para registar as nossas preocupações, mas também as soluções que pensamos que podem ser aplicadas porque o Governo precisa de coisas viáveis, coisas que se pode aplicar e que pode melhorar a vida dos são-tomenses.

É o momento de nós, os Deputados, deixarmos de ser pessoas que reúnem uma vez por ano nesta Sala, para abordar as preocupações, mas sim começarmos a entrar já no terreno como bem disse a nossa Presidente. É necessário que os infanto-Deputados sejam visíveis, comecem a trabalhar. Ser eleitos nas nossas escolas e de dois em dois anos, depois virmos cá sentar, duas vezes nesses dois anos, e abordar os nossos problemas sem soluções no final da Legislatura, não daremos um passo.

Viremos cá com problemas e mais problemas, onde estão as soluções?

É necessários que comecemos a nos debruçar sobre as soluções, para ficarmos como pessoas que resolveram as questões das nossas escolas. É preciso que os Deputados de cada Distrito possam se organizar juntamente com as direcções de cada escola para tentar formar um pequeno projecto apresentar a Ministra de forma que possa fazê-los chegar ao Conselho de Ministros.

São Tomé e Príncipe precisa de jovens que tragam soluções para o País e não problemas.

Hoje cá viemos demonstrar a Sra. Ministra que somos encargos e não soluções. É necessário que demonstramos que somos solução e chave para o nosso país. Penso que os Deputados da 5.^a Comissão que estão encarregues do Parlamento Infanto-Juvenil tenham, a partir de hoje, uma tarefa importante que é aproximar os Deputados um do outro.

A nossa Presidente pode confessar que teve dificuldade durante esse tempo de se encontrar com os Deputados, ficamos desconectados uns dos outros. Só tive informação acerca dos projectos algumas semanas antes da sessão plenária. Penso que é tempo de começarmos a melhorar a nossa organização. É um apelo que faço já aos responsáveis da Assembleia Nacional que estão interligados com o Parlamento Infante-Juvenil, mas também os mini-Deputados devem se organizar.

Nós, os Deputados do Distrito de Água-Grande, temos um grupo no *Whatsap*, onde inclui a Dra. Neusa Carvalho, que é da UNICEF, onde tentamos já debruçar acerca de alguns projectos uns dos quais será apresentado hoje.

Penso que em cada Distrito também os Deputados têm que se encontrar. Se estão distantes uns dos outros têm que usar os meios sociais como *facebook* e outros para nos aproximarmos. Temos que nos fazer presentes nos nossos Distritos, nas nossas comunidades.

Acho que hoje é o momento de reafirmarmos o nosso cargo de Deputado. Os Deputados da Assembleia não servem para vir cá falar, falar e nada fazerem. Os Deputados servem para buscarem soluções. Espero que uma das soluções a ter em conta seja a organização dos Deputados. Todos os Deputados, os 55, devem estar conectados um com outro durante todo o ano.

Todos os Deputados devem estar conectados entre si enquanto representante de um Distrito. Os Deputados devem conversar nas suas escolas acerca de possíveis soluções para os demais problemas que afligem as mesmas.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Tem a palavra a Sra. Patrícia Moreira.

A Deputada Patrícia Moreira (Mé-Zóchi): — Gostaria de solicitar aos Srs. Deputados da 3.^a Comissão Especializada Permanente e ao Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares. Como a nossa Presidente disse e o Sr. Ministro também referiu, «o nosso país é pobre», mas será que não tem como avançar?

Sinceramente, como criança acho que isso é uma desculpa porque o nosso país é muito rico quanto à biodiversidade. Acho que o nosso país tem sim a possibilidade de avançar.

Queria que o Sr. Ministro da Presidência, do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares me respondesse essa pergunta.

Aplausos.

A Presidente: — Tem palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro): — Como foi uma pergunta directa e rápida vou esclarecer.

Sim senhor, dissemos que o País é pobre, tem limitações financeiras, mas é um país com muito potencial, muitas capacidades, muitos recursos que caberá a nós, enquanto são-tomenses, homens são-tomenses, actores políticos, dirigentes e não só, toda a população encontrar formas de potencializar esses recursos, sobretudo os recursos humanos que, hoje, encaramos como uma dívida. A população extremamente jovem que temos, pode significar mão-de-obra muito dinâmica, capacitada para ajudar também no nosso processo de desenvolvimento.

Portanto, hoje somos pobres, temos limitações financeiras, mas temos tudo, como costuma a dizer os nossos irmãos brasileiros “o país tem tudo para dar sorte”, depende daquilo que os homens forem capazes de perspectivar, de organizar, de planear para plantar hoje e começar a colher no futuro e temos esse compromisso. Este Governo tem 6 meses e pretende fazer diferente, pretende fazer mais e naturalmente que isto é um processo que ainda vai levar algum tempo, mas acreditem, o País não está condenado. O País tem saída, tem futuro e o futuro também está nas vossas mãos.

Por isso, lanço outra vez o mesmo apelo, sejam inconformados, irreverentes, pró-activos, exijam cada vez das pessoas que vos representam, dos dirigentes, dos políticos, puxam-lhes as orelhas quando for necessário. Estamos cá para fazer melhor e espero que todos nós, a população de São Tomé e Príncipe tem que acreditar que o País tem futuro e vamos conseguir.

A Presidente: — Está encerrado os assuntos de interesse relevante e agora vamos passar para apresentação dos projectos. Não tem um limite específico para que os grupos possam se apresentar. Podem demorar, mas não se esqueçam que não temos o tempo todo.

Sei que já encerrei o espaço para assuntos de interesse relevante, mas como puderam ver temos aqui Deputados, com críticas sérias e espero que todo mundo tenha consciência daquilo que falou porque é importante.

Falamos pelas crianças. Nós, os Deputados, como é que ficamos? O que queremos como Deputados? Quais serão as nossas contribuições como Deputados?

O primeiro Distrito a apresentar o projecto será Água-Grande.

Estamos numa conversa aberta e gostaria de dizer que o Parlamento Infante-Juvenil, como já se discutiu aqui, não serve para estar aqui a ver os papéis com muitas palavras que desconhecemos e que creio que criou muita confusão nas nossas cabeças, mas queremos um espaço.

O Parlamento Infante-Juvenil precisa de um espaço, preciso se concentrar e refiro-me ao nível interno, da nossa organização como parlamentares. Quem representa as crianças?

É difícil sim, mas não poderemos estar sempre à espera que Estado resolva pequenas coisas para nós. Espero que cada um aqui tenha consciência que está a representar o seu Distrito porque muitos aqui disseram que estão se sentido esquecido.

Se for para dizer que todas as escolas que têm problema é porque o Distrito está a ser esquecido, sou de Mé-Zóchi, e este Distrito também está a ser esquecido, tem problemas. Como havia dito, a pobreza no nosso país é evidente. Temos recursos, não sabemos explorá-los, valorizamos o que vem do estrangeiro, não valorizamos aquilo que é nosso. Quem são os culpados? Nós, eles? Será? Como fica o nosso parlamento?

Queremos um espaço. Digo de forma clara e aberta, o Parlamento Infante-Juvenil precisa de um espaço. Se dissermos que as nossas escolas têm esses problemas, claro, todos os Distritos têm problemas. Na minha opinião, em Água-Grande há mais trabalho infantil, não estou a dizer a nível da estatística e olhe que já andei de sul a norte.

Para dizer que enquanto criança, defensora dos direitos e deveres das crianças, é importante colocar as nossas preocupações, o que aflige os nossos direitos e creio que os nossos projectos serão a solução para esses problemas.

Quanto à projecção dos nossos projectos, devido à falta de condições técnicas, não vamos poder projectá-los. Por isso serão apresentados de forma oral. Para verem como os problemas não estão só nos Distritos.

Risos gerais.

Tem a palavra os representantes do Distrito de Água-Grande, para apresentarem o projecto.

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Bom dia a todos. Somos do Distrito de Água Grande e vamos apresentar o nosso projecto. Chama-se «Desenvolvimento Inclusivo, Cultural e Ambiental». Como podem ver tem três esferas. Somos três, cada um de nós abordará uma esfera diferente. Vamos começar pelo Deputado Joshua Takounjou que vai abordar a parte do desenvolvimento inclusivo.

O **Deputado Joshua Takounjou** (Água Grande): — Relativamente à parte do desenvolvimento inclusivo o tema prende-se com a «educação inclusiva para uma sociedade inclusiva.»

Como já sabemos, a exclusão de certos grupos na nossa sociedade é visível. Esses grupos estão a ser excluídos na associação das suas necessidades mais básicas, tais como: a alimentação, a saúde, a habitação e segurança.

Tendo em conta que o lema deste mês, que é o mês da criança, é «Um São Tomé e Príncipe melhor para todas as crianças», decidimos elaborar um projecto que envolvesse esse lema e também para seguir todas as crianças deste Arquipélago.

O projecto educação inclusiva para uma sociedade inclusiva permitirá que todas as crianças deste país tenham acesso ao ensino. Queremos que esse ensino seja meio de acesso justo e representativo, independentemente das condições socioeconómicas, financeiras, religiosas ou culturais das famílias.

O público-alvo deste projecto são as crianças adolescentes em situação de risco e portadoras de deficiências. Até porque, sabemos que as crianças nessas situações são sempre envolvidas em ambiente menos saudáveis, isto porque os pais, muitas vezes, não têm condições financeiras suficientes para:

1. Dar uma habitação condigna.
2. Oferecer uma boa alimentação.
3. Uma saúde e até mesmo a segurança.

É nesta óptica de ideia que decidimos exemplificar a situação de quotidiano de muitas crianças de São Tomé e Príncipe portadoras de deficiências.

Nas localidades longínquas, como aqui já foi referido, Distrito de Caué, como Porto Alegre, Malanza, arredores, Ilhéus das Rolas, Santa Catarina, são regiões onde as crianças portadoras de deficiências têm muitas dificuldades em aceder à educação, a refiro-me ao ensino do sistema de Braille.

Penso que investir nestas crianças é investir no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe porque não se pode ter um desenvolvimento em que apenas as crianças normais têm acesso a ler e escrever e as crianças com certas necessidades especiais não tenham. São Tomé e Príncipe não pode desenvolver se apenas um grupo de pessoas tiverem condições e outro não. Desenvolvimento significa abranger todas as pessoas através da sensibilização das necessidades mais básicas como acima referi.

O nosso projecto tem como objectivo final abordar acerca das possíveis soluções, passo a mencionar algumas soluções:

1. Registo das crianças portadoras de deficiências físicas ou em situações de risco.

Esta solução consiste em fazer um inquérito nas diversas regiões do nosso país, especialmente as mais distantes de capital com objectivo de registar num caderno as crianças portadoras de deficiências.

Isto tem que ser feito de forma minuciosa, porque sabemos que em São Tomé muitas pessoas têm vergonha, principalmente as pessoas portadoras de deficiências ou as famílias que têm carências económicas de se inscrever neste tipo de programas porque estarão a ver as pessoas com condições que são lamentáveis. Penso que desta parte tem que ser feito um registo de forma minuciosa.

2. A formação de professores para o ensino especial. É uma solução que vai ao encontro de duas problemáticas em São Tomé. A primeira que já havia dito, que são das crianças com necessidades especiais, mas a segunda também é a questão da formação do emprego jovem.

Ouvi aqui a reclamação de muitos, como o Deputado do Distrito de Lembá, que disse que muitos jovens depois de terminarem o 12.º ano não têm essa possibilidade de aceder a um curso superior. Penso que uma colaboração entre a UNICEF e um centro de formação profissional com finalidade de incentivar os jovens a formar-se nesses cursos e também leccionarem o sistema de Braille para os seus primos e familiares nos Distritos que pertencem, é uma forma também de combater o desemprego jovem.

3. Criação de pequenas salas de aula para o ensino especial.

Esta solução tem como objectivo dar seguimento a solução anterior que relaciona com a formação dos professores. Deve-se formar os jovens para ensinarem o sistema de Braille, precisam de um local para leccionar, é o mesmo sistema e para mim nada é melhor do que aproveitarmos as infraestruturas que já temos.

Sabemos que a construção de novas escolas irá custar a UNICEF enormes custos financeiros. Utilização de infraestruturas distritais, como: centro de interação jovem, escolas primárias e secundárias, algumas salas, uma ou duas em cada Distrito para ensinar o sistema Braille é uma forma de minimizar os custos financeiros na construção de novas salas. Até porque um dos objectivos deste Governo é minimizar cada dólar que recebe.

4. Apoio as crianças em situação de riscos.

Pretende-se fazer chegar as crianças que estão envolvidas em situações carentes com materiais didáticos, com uma alimentação melhorada e também a extensão das refeições escolares. Sabemos que em São Tomé muitas crianças só têm acesso a uma refeição nas escolas, isso porque os familiares não têm como custear as três refeições diárias. A melhoria das refeições escolares de forma a abranger todas as crianças é uma forma também de fazer chegar as crianças um bem precioso que é a alimentação.

Sabemos que sem alimentação não haverá desenvolvimento físico nem harmonioso das crianças e não haverá um desenvolvimento intelectual das mesmas.

Relativamente à conclusão do projecto, penso que é um bom projecto, demonstra um início triunfal da união entre o Distrito de Água mais os da FONG. É uma união que promete trazer bons resultados a curto, médio e longo prazo.

A Presidente: — Tem a palavra a Deputada Lueje D'Alva.

A Deputada Lueje d'Alva (Escola Portuguesa): — Passemos agora a parte do desenvolvimento cultural.

Somos de Distritos diferentes, mas o que nos une é o nosso país, a nossa identidade. Somos todos são-tomenses. Algo que funcione quase como alicerce da nossa identidade, é a nossa cultura e é disso que viemos falar no nosso projecto.

Gostaria de começar por perguntar algo que depois vão perguntar o porquê. Tenho certeza que aqui há muitos apreciadores de música, senão todos, alguns. Mas quando vão ver a vossa lista de música ou que ouvem na rádio, ouvem mais o quê? A nossa música nacional, a música angolana, a música cabo-verdiana?

Bom, eu tenho quase a certeza, digo quase, porque não sei, mas ouvimos muito mais músicas, por exemplo de outras culturas, ainda que seja de África, do que a nossa. Isso, para mim, já denota um problema. Um problema de identidade. Porque nesses anos, eu sinto e não fui a única que senti isso. Que há cada vez mais um abismo entre as gerações mais jovens e a nossa cultura. Deixa-me vos perguntar mais uma coisa. Tchiloli? Adoramos. Mas, quantos de nós realmente percebemos tudo o que se está a dizer no Tchiloli? Muito poucos. Como é que nós vamos nos identificar e partilhar a nossa cultura, se nós não a conseguimos entender? Portanto, a solução para este problema, pode não parecer prioridade agora, mas que deve ser tratado para depois, mais tarde, não se complicar e aí ter-se de actuar devidamente, com pressa. Seria, por exemplo, a implementação de uma disciplina para o crioulo forro, nas escolas. Nós percebemos agora que este Governo está devidamente preocupado com a nossa educação, e nós esperamos que não se esqueça de ajudar a evoluir a nossa cultura também. Porque ela precisa de ser evoluída.

Não se cantava e não se tocava o crioulo cabo-verdiano como se toca hoje, porque essa cultura evoluiu. Quando eu digo isso, não quero dizer para descurarmos ou pormos de lado tudo o que já foi feito, toda música, toda cultura que já foi feita, no nosso país. Mas para darmos continuidade. Porque amanhã, eu espero poder ver numa lista de músicas, mais músicas são-tomenses do que das outras culturas, o que não acontece hoje. Então, é por isso que, como o Sr. Ministro já falou, hoje, que críticas construtivas são para

ser ouvidas, eu espero que essa crítica seja ouvida e, talvez, amanhã, mais jovens consigam falar o nosso crioulo forro, se assim for implementado nas escolas.

A segunda etapa deste subtema, que é o cultural, seria a criação de concursos culturais que fomentem a nossa cultura. Quando dizemos isso, nós tentamos fazer a base do nosso projecto não envolvendo muitos custos, não requerer muito investimento financeiro.

Quando falamos de criação de concursos culturais não falamos nada mais, nada menos do que potencializar a nossa cultura, ou seja, incentivar aos jovens a adquirirem não só o gosto, mas a produzirem cultura. Saber falar o nosso crioulo é o início, mas quem sabe amanhã, muitos cantores vão sair como os Calemas. Porque nós precisamos de mais Calemas. Nós temos mais Calemas, temos agora de valorizá-los e tentar encontrá-los. Potencializá-los, falta valorizar mais a nossa cultura. Porque não me lembro, não me recordo, acho que a Presidente já falou aqui, que valorizamos muito o estrangeiro e pouco o que é nosso. Então esse problema tem que ser atacado pela raiz e então, fomentar a nossa cultura nos jovens. Vamos criar mais, e quando digo isso, criação de concursos culturais. Por exemplo, exposições mensais ou Workshops, e dizer é um concurso, pode ter literatura ou pintura, em que vão ser expostos 4 quadros de cada escola. Isso fomenta os jovens. Ok pode ter um tema. Eu vou tentar fazer um quadro, mediante as minhas possibilidades, e depois, quem sabe, ser valorizado, ganhar um concurso. Porque essas pequenas coisas ligam-nos à nossa cultura. Fazem-nos pesquisar, tentar perceber como é o nosso artesanato. Eu preciso que todos estejamos no mesmo barco e queiramos avançar com a nossa cultura, porque faz parte da nossa identidade. Então, esses pontos, essas soluções, devem ser as pontes do abismo que se criou entre as gerações mais novas e a nossa cultura.

O Deputado Joshua Takounjou (Água Grande): — Boa tarde, caros Deputados. Indo directo ao desenvolvimento ambiental, primeiramente devemos saber que o ambiente influencia muito o nosso desenvolvimento. Porquê? O bem-estar do ambiente é que nos vai deixar em boas condições. Porquê? Se o ambiente tiver degradado, não estiver em boas condições, ficaremos prejudicados. Um dos problemas centrados no desenvolvimento do nosso ambiente é a concentração elevada de resíduos e poucos cuidados ambientais por parte dos cidadãos. Isso porquê? Sabemos que em São Tomé há grande concentração de resíduos, temos o Distrito de Água Grande, não estou a dizer que os outros Distritos estejam excluídos. Mas sim, vamos focar no Distrito de Água Grande, porquê? É um Distrito mais populoso, onde praticamente é o centro de todos os problemas: a gravidez na adolescência, o trabalho infantil, entre outros. Focamos no ambiente: há uma concentração de lixos, as pessoas deitam lixos nas ruas, há pessoas que fazem as suas necessidades nas ruas. O que é que acontece? Isso prejudica o ambiente, não é correcto.

Pelo menos há regiões onde se sensibiliza as pessoas, mas se a pessoa não tiver consciência, não resultará. Sabemos que houve várias sensibilizações, mas as pessoas não estão consciencializadas.

Sempre que houver problema, temos que pensar em soluções. Temos que aumentar o número de ecopontos. Porque se tivermos lixos, teremos que os separar e colocá-los nos respectivos ecopontos. Há ecopontos de resíduos plásticos, os de vidros e biodegradáveis. Isso evita aquele reflexo de deitar sempre o lixo no chão, porque é incorrecto!

O que é que acontece, daqui a alguns anos, se continuarmos a deitar o lixo no chão?

Dizem que somos o futuro, homens de amanhã. Mas o que é que acontece? Até chegar amanhã, será que o nosso país vai estar em boas condições? Não! Porque a poluição é um dos males que também afligem o nosso país.

Como as pessoas nem sempre se consciencializam, o que é que acontece?

Seria aconselhável aplicar algumas sanções.

Ora vejamos, uma pessoa, por mais que oiça, nunca vai aprender, se não a criticarmos. Por exemplo, se o João fizer algo e o Pedro, que viu, lhe disser que ele está errado, se o João não reconhecer de que está errado, irá sempre ter a mesma prática.

Mas também pode-se encarar a possibilidade da aplicação de sanções às pessoas e, assim, passarão a ser mais responsáveis.

Relativamente às pessoas que fazem as suas necessidades nas ruas, temos que ter um balneário, ao menos, para que todas as pessoas possam suprir as suas necessidades.

É tudo quanto tenho a dizer.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Agradeço imenso a vossa apresentação. Convido os Deputados para se inscreverem e colocarem questões, dado a limitação do tempo, só poderá haver duas inscrições.

Tem a palavra o Deputado Fábio.

O Deputado Fábio Santos (Mé-Zóchi):— De que forma pensam implementar o vosso projecto na sociedade, principalmente no vosso Distrito?

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Como aqui já foi referido, vamos fazer campanhas, como o Deputado Joel já disse, ao estarmos a apresentar agora a vocês Deputados e também, de certa forma, ao Governo, era uma maneira de sermos ouvidos nesse campo. Fizemos a teoria e depois quem pudesse implementá-lo, fazer a prática, obviamente com o nosso envolvimento. Por exemplo, quando falamos da criação de concursos culturais, nós só pedimos um maior investimento, uma maior atenção à nossa cultura. Mas no que toca, por exemplo, a implementação do nosso crioulo forro, nas escolas, isso é algo que nos ultrapassa. Nós apenas podemos exprimir a nossa opinião, a nossa crítica construtiva.

Só pedimos que sejamos ouvidos e talvez, amanhã, tenhamos o crioulo forro, como uma disciplina na tua escola.

O **Deputado Joshua Takounjou** (Água-Grande): — Apenas para complementar a ideia da minha colega. Por exemplo, no que diz respeito à educação inclusiva, nós sabemos que é um projecto, pode muito bem ser implementado em todos Distritos. Até é um projecto que mais se adequa aos outros Distritos do que Água Grande. Porque em Água Grande já temos algumas salas de ensino do sistema Braille, o que não acontece noutros Distritos. Pensamos que a UNICEF em colaboração com um dos Centros de formação do nosso país pudesse financiar o ensino de Braille para crianças especiais.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Natally Carvalho.

A **Deputada Natally Carvalho** (Mé-Zóchi): — Vocês falaram aqui sobre o projecto, sobre a forma como o querem implementar. Gostaria de saber qual é a duração do vosso projecto e qual a estimativa do orçamento que planeiam nesse determinado tempo?

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Quanto à esfera cultural, nós percebemos que a implementação dessa disciplina, que já falei anteriormente, não seja em todos os anos, mas em anos chave. Ou seja, seria algo permanente, um projecto permanente de adopção da nossa cultura.

Quanto ao envolvimento ambiental, também queremos coisas duradouras, campanhas têm tempos limites, porque não se pode sensibilizar a toda hora, ou seja, apreende-se a bem ou a mal. É por isso que, primeiro, falamos de campanhas e depois dissemos que podemos proceder às sanções. Então essas campanhas, como já têm sido realizadas, talvez uma estimativa de 1 ano, e depois começar a fiscalizar melhor os comportamentos civis, no que toca ao ambiente e aí aplicar sanções, se for preciso, de maneira a educar a população no sentido ambiental.

Na esfera inclusiva, também é algo que se quer que seja duradouro, percebe-se que os investimentos sejam aos poucos, mas não podemos dizer aqui um tempo limite, porque isso também vai depender dos recursos financeiros que tenhamos. Então, quanto maiores recursos financeiros, mais rápido será, mas nós não podemos dar uma estimativa exacta.

Quanto aos ecopontos, isso também é algo que nos ultrapassa, mas talvez com a ajuda da UNICEF e do Governo, vamos demorar um pouco a tê-los nas nossas ruas, mas, talvez mais caixotes de lixo. Tal como o meu colega já disse, se não tivermos caixotes de lixo, sei lá, de metros e metros de distância, acentua o reflexo de deitar para o chão. Não justificamos isso, mas não há uma estimativa exacta.

A **Presidente**: — Sendo assim, passo a declarar adoptado o projecto do Distrito de Água Grande.

Aplausos gerais.

Convido o grupo da Região Autónoma do Príncipe para a apresentação do seu projecto. Pode ser que os de Água-Grande ocupem um pouco de tempo. Mas, porque o tempo não está a nosso favor, eu peço que os outros Distritos sejam mais rápidos. Mas não levem a mal, porque todos estamos aqui só por um objectivo.

A **Deputada Leucy Pina** (RAP): — Boa tarde a Mesa, as colegas Deputadas e Deputados e ao Presidente da 3.^a Comissão Especializada Permanente e os seus membros. Chamo-me Leucy Pina, venho da Região Autónoma do Príncipe, estou aqui para apresentar a proposta do projecto dos Deputados da Região.

Antes de apresentar a proposta, gostaria de pedir 1 minuto de silêncio para com as crianças que morreram em consequência do naufrágio do navio Anfitrit.

A **Presidente**: — Eu acho que não é necessário estar aceite, porque já está aceite.

O Plenário guardou de pé 1 minuto de silêncio.

A **Presidente**: — Vamos retomar.

A **Deputada Leucy Pina** (RAP): — Os principais problemas que afectam a Região: gravidez na adolescência, falta de equipamentos informáticos nas escolas, oportunidades de intercâmbio com outras escolas da Região e da ilha irmã de São Tomé.

Projecto-proposta:

1. Projecto-Criação de um laboratório, com seus devidos equipamentos, visto que fazemos um trabalho teórico e não podemos comprovar na prática.
2. Apetrecho da Biblioteca da Escola de Santo António II da Região Autónoma do Príncipe.
3. Subsidiar as meninas com a problemática da gravidez na adolescência.
4. Formação aos professores de ciências naturais e directores de turmas, na matéria da gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e a nível das drogas.
5. Agradeceremos que desse uma maior atenção, no saneamento do meio das comunidades de Lenta piá e Men Fidel, tendo em conta que o paludismo tem vindo a aumentar na Região Autónoma do Príncipe.
6. Tendo em conta que somos a reserva mundial da biosfera, gostaríamos de partilhar a nossa experiência junto aos nossos colegas da ilha irmã de São Tomé.

Projecto seleccionado como prioritário:

1. Apetrecho da biblioteca da Escola de Santo António II da Região Autónoma do Príncipe.
2. Subsidiar as meninas com a problemática da gravidez na adolescência.
3. Formação aos professores de ciências naturais e directores de turmas, na matéria da gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e ao nível das drogas.

Justificação dos projectos acima mencionados:

Tendo em conta que a Biblioteca da Escola de Santo António II, da Região Autónoma do Príncipe é pouco apetrechada com materiais informáticos, livros actualizados e que acarreta poucas condições de trabalho por parte da bibliotecária aos alunos, que, por sua vez, não tem visita frequente dos mesmos, que possam incentivá-los aos estudos de pesquisa e leituras, etc., sendo assim, tem-se registado a fraca participação dos alunos durante o ano lectivo.

Nós, da Região, propomos recolha de subsídios que já sofreram com a gravidez na adolescência, a fim de minimizar esse flagelo que tem estado a assolar a sociedade e também mais atenção na saúde escolar; visita mensal ou trimestral, dando aconselhamento sobre a gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.

Atendendo que esse flagelo tem aumentado, propomos a formação e sensibilização aos professores de ciências naturais e directores de turma, no que toca a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e a nível das drogas, a fim de atenuar os mesmos.

Público alvo: crianças, adolescentes e jovens.

Objectivo geral:

Criar uma biblioteca com equipamentos informativos e livros actualizados.

Reduzir o número de gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Formar professores para melhor garantir o ensino aprendizagem.

Objectivo específico: Trazer maior zelo de leitura, incentivar trabalho de pesquisa por parte dos professores e alunos, entender o porquê do aumento do número de gravidez na adolescência, dar maior suporte às que sofreram com a gravidez na adolescência, formar os professores para garantir o trabalho de sensibilização com os alunos.

Resultado esperado:

Que venha a ser implementado, no prazo estipulado pela implementação do projecto.

Estratégia de implementação:

Campanha de sensibilização com os alunos.

Obrigada.

A **Presidente**: — Convido as Deputadas e Deputados que queiram se inscrever.

Tem a palavra a colega Denilze.

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Você falou aqui na recolha de subsídios, como será feita? Pagar as pessoas, as meninas que sofreram a gravidez na adolescência?

A **Deputada Leucy Pina** (RAP): — Não é fazer uma campanha com as meninas que sofreram com a gravidez na adolescência, mas sim, é fazer com que elas não desistam dos seus sonhos.

O **Deputado Denilze Filipe** (Cantagalo): — Mas isso não iria resultar...

Quantas campanhas já fizemos em São Tomé e Príncipe?

Eu acho que deveria apresentar uma proposta. Quantas campanhas de sensibilização já tivemos o índice de gravidez está a aumentar?

A **Presidente**: — Eu espero a colaboração de todos nas apresentações dos projectos,

Murmúrios.

Eu espero que as perguntas que estejam a fazer não desvalorizem o trabalho nem o projecto do outro?

Vais responder a pergunta? A Mesa, uma da Região Autónoma, com a permissão dos Deputados também, ela quer responder.

A **Deputada Mialayne Lavres** (RAP): — Só para complementar o que ela ia dizendo: Recolha de subsídios que nós pensamos nesse projecto é fazer não uma palestra, nem uma campanha, mas sim uma organização em que elas vão dizer como é que foi o seu estado no tempo que tiveram essa gravidez indesejada para que as pessoas, as outras jovens poderem ver as consequências, no intuito de minimizar o aumento desse fenómeno.

Tem a palavra a Deputada Wendy Vaz.

A **Deputada Wendy Vaz** (Mé-Zóchi): —Qual é o nome do projecto?

A **Deputada Leucy Pina** (RAP): — Gravidez na adolescência, falta de equipamentos nas escolas, oportunidades de intercâmbio com outras escolas da Região e com a ilha irmã de São Tomé.

A **Presidente**:— Sendo assim, declaro adoptado o projecto dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe.

Queria suspender para o almoço, mas queria saber a vossa opinião, porque isso quebraria totalmente o nosso ritmo de trabalho. Para mim poder-se-ia fazer as apresentações e a aprovação seria depois.

Passo a chamar o Distrito de Caué.

O **Deputado Ricardo César** (Caué):— Tenho 12 anos, estudo na escola secundária de Angolares. Os problemas que afectam o nosso Distrito são vários. A sociedade civil, empresas e associações poderiam contribuir para o desenvolvimento do Distrito. A falta de vontade política, má fé dos governos centrais para com o Distrito. A falta de homens e mulheres qualificados para exercerem altos cargos ou funções do Estado ou empresas no Distrito, como nas instituições centrais do Estado.

Projectos propostos:

Mais carteiras e cadeiras, abastecimento de água e construção de casas de banho, apetrechamento da biblioteca de Angolares e um liceu novo.

Projecto seleccionado:

Projecto prioritário:

A situação mais vigente e prioritária seria as carteiras e cadeiras. Isto porque a escola secundária de Angolares encontra-se numa situação, com as carteiras e cadeiras, desde os anos 1980 e estão em mau estado e partidas, sem condições para escrever e sentar. Público alvo:

Alunos de Caué, visto que é uma escola que alberga os alunos de 7.º ao 12.º ano.

Objectivo geral:

Criar condições mínimas e dignas para os alunos.

Objectivos específicos:

Proporcionar um ambiente mais agradável para o ensino e aprendizagem.

Estratégia de implementação:

A escola quando adquirir móveis vai colocar à disposição dos alunos que não têm.

Como eu tinha dito, apetrechamento da biblioteca, vamos realizar uma campanha para recolher livros e colocar à disposição dos alunos.

É tudo, obrigado.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Iracelma Diogo.

A **Deputada Iracelma Diogo** (Mé-Zóchi): — Sabendo que sempre a culpa não é do Governo, porque que ele diz que é má-fé do Governo para com o Distrito?

A **Deputada Danika Carvalho** (Água Grande): — Porque antes o Governo se esqueceu da escola do Distrito de Caué. No Ió-Grande alarga-se turmas de 1.ª a 4.ª classe, faz-se duas turmas numa sala, divide-se um quadro em dois, como é possível?

Senta-se no tronco de coqueiro porque não tem banco.

Risos, aplausos e murmúrios.

A **Presidente**: — Posso contar com a colaboração de todos. Silêncio na Casa.
Tem a palavra a Deputada **Julícia Lima**.

A **Deputada **Julícia Lima**** (Fundação Novo Futuro): — Como tinha dito, na escola de Angolares é de 1.º ano a 12.º ano. Queria saber se são especificamente alunos de Angolares ou de outras zonas do Distrito de Caué que estudam nesta mesma escola.

A **Deputada **Danika Carvalho**** (Água Grande): — Tem alunos de outras zonas do Distrito de Caué.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Sendo assim está adoptado o projecto dos Deputados de Caué.

Aplausos gerais.

Convido os Deputados de Cantagalo a apresentarem os seus projectos.

O **Deputado **Alex Boa Esperança**** (Cantagalo): — Boa tarde a todos, chamo-me Alex Boa Esperança, sou Deputado do Distrito de Cantagalo. Estou aqui para falar do projecto que temos para o nosso Distrito.

Como sabem, o tema deste ano é “um São Tomé e Príncipe melhor para todas as crianças”. Neste âmbito, foi realizada uma colecta de informações e preocupações ao nível de todos os Distritos e como resolvê-los.

No caso do Distrito de Cantagalo, os principais problemas que aí foram descritos são: a gravidez na adolescência, a violência doméstica, o alcoolismo, o desemprego e a falta de condições nas escolas.

Tentamos criar projectos que venham minimizar ou inibir esses mesmos problemas. De entre esses projectos destaca-se o projecto de criação de uma escola de corte e costura profissional. Escolhemos este projecto ao qual denominamos de “Projecto Construindo o Futuro”, pois, visa capacitar os jovens para a vida futura, ainda porque queremos um São Tomé e Príncipe com mais emprego e para isso apostamos na formação profissional e no empreendedorismo. Achamos viável, assim que o projecto se concretize para o bem-estar das crianças e para o desenvolvimento do nosso país.

O projecto será implementado na única vila do Distrito de Cantagalo, nomeadamente a Vila de Ribeira Afonso, como em São Tomé há um alto nível de pobreza. No caso do nosso Distrito a pobreza vai aumentando cada vez que se vai mais para o sul do Distrito e também nas crianças de Ribeira Afonso, não estou a discriminar essas pessoas, só estou a dizer que queremos dar-lhes outras opções, estão condenadas a serem palaiês, operadores de motosserra entre outros.

O projecto tem como público-alvo os meninos e meninas de Cantagalo entre os 15 e 19 anos, principalmente os que têm problema de insucesso escolar. O mesmo terá a duração de 9 meses e tem como objectivo geral instruir os jovens para a vida profissional.

Para que este objectivo seja alcançado, vamos ensinar os jovens a costurar principalmente e dar-lhes oportunidades a carreiras e negócios, realizando ateliês, entre outros, que podem divulgar também os vestuários e divulgar um pouco a marca são-tomense.

Esperamos que o projecto diminua o desemprego no Distrito, desenvolva o turismo e a cultura, mas principalmente desenvolver o Distrito em si. Também para mostrar um pouco que temos a vontade de realizar esse projecto, não vamos só pedir apoio como também vamos oferecer o que temos para que esse projecto se realize.

Vamos oferecer, para este projecto, o espaço que só conseguimos na Vila de Ribeira Afonso e também duas máquinas eléctricas para costura.

Por agora é tudo e fico por aqui. Obrigado.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada **Danika Carvalho**.

A **Deputada **Danika Carvalho**** (Água Grande): — Gostaria de solicitar o Deputado de Cantagalo, como esperam desenvolver o vosso Distrito?

O **Deputado **Alex Boa Esperança**** (Cantagalo): — Convido a minha colega **Denilze**, para responder a questão.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada **Denilze Filipe**.

A **Deputada **Denilze Filipe**** (Cantagalo): — Como aqui foi dito, o projecto tem como objectivo criar opções de carreiras aos jovens, servir como resposta a gravidez na adolescência, ou seja, quando uma

menina tem uma gravidez na adolescência, ela não terá como ir à escola, então ela poderá ir a nossa escola profissional e ter um curso de forma a ela conseguir sustentar-se e isso também desenvolverá o turismo.

Como sabem, será uma escola de corte e costura. Se os alunos costurarem poderão fazer *workshops*, ateliês, poderão ter produtos são-tomense a vender nas lojas, como: camisolas, colares, pulseiras, para venderem para os turistas, valorizando a cultura são-tomense.

A **Presidente**: — Satisfeita com a resposta Deputada?

A **Deputada Danika Carvalho** (Água Grande): — Sim.

A **Presidente**: — Fizeram um projecto especificamente para o vosso Distrito. Não sei se estou correcta ou não. Se entendi bem é abertura de uma escola profissional e centra-se especificamente no vosso Distrito.

Como sabem vai-se eleger um projecto nacional.

Este projecto é para o Distrito de Cantagalo ou para São Tomé e Príncipe?

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Quando tivemos conhecimento para fazer o projecto, não sabíamos que era para fazer um destinado ao Distrito e outro ao nível nacional, mas acho que o nosso projecto poderia ser muito bem implementado no nosso Distrito e nos outros. Como sabem tem resultados muito bons e serve como resposta a várias problemáticas.

A **Presidente**: — Só questioneei porque mesmo na apresentação pareceu destinado a resolver os problemas só do vosso Distrito.

Tem a palavra a Deputada Núbia Mateus.

A **Deputada Núbia Mateus** (Água Grande): — Gostaria de perguntar porque acharam melhor excluir os outros Distritos.

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Como disse aqui, não tínhamos conhecimento que era para fazer um projecto nacional e um a nível do Distrito, mas como também já disse o nosso projecto pode muito bem ser implementado noutros Distritos.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Patrícia Moreira.

A **Deputada Patrícia Moreira** (Água Grande): — Se o vosso público-alvo são as crianças e os jovens porquê que só incluíram pessoas dos 15 aos 19 anos?

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Denilze Filipe.

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Como se disse aqui, com que idade se diz que uma pessoa já não é criança? Aos 15 anos ainda é criança, mas também não vamos colocar meninos de 8 anos a costurar.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Dilma Costa Alegre.

A **Deputada Dilma Costa Alegre** (Mé-Zóchi): — Falaram aqui em dar mais opções de trabalho porque as pessoas têm inclinado mais para ser palaiê ou operador de motosserra. Porquê acharam que a costura seria a melhor área para implementar?

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Denilze Filipe.

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Como sabem os nossos avós inclinavam mais para a costura. Vimos que esta prática seria muito boa para desenvolver o turismo e a valorização da cultura, com roupas são-tomenses seria muito bom, sim.

A **Presidente**: — Tem a palavra o Deputado Joshua Takounjou.

O **Deputado Joshua Takounjou** (Água – Grande): — A minha dúvida é relativamente ao número de participantes nesse projecto. O colega Deputado disse que os jovens adolescentes da localidade de Ribeira Afonso, entre os 15 e 19 anos serão os participantes desse projecto. Apenas com os jovens e adolescente desta faixa etária se irá conseguir diminuir a pobreza, a falta de oportunidade para os jovens?

Concentrar numa localidade só não vai no fundo resolver o problema de todo o Distrito. Penso que o projecto poderia ser extensivo a outras localidades do Distrito de Cantagalo.

A **Presidente**: — Tem palavra a Deputada Denilze Filipe.

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — A ideia do Deputado é muito boa, mas não temos como fazer isso e o projecto ainda está no início. Estamos a começar com um número pequeno depois para aumentar.

A **Deputada Rosallie Carvalho** (Água-Grande): — Vai diminuir a questão da pobreza nas crianças e adolescentes dessa localidade, vai diminuir a questão da falta de oportunidade para jovens?

Porque simplesmente abordar sobre uma zona, não vai no fundo resolver o problema de todos Distritos, de uma forma geral.

Eu penso que o projecto podia ser um pouco mais extensivo a outras localidades também do Distrito de Cantagalo.

O **Deputado Fábio Santos** (Mé-Zóchi): — A tua ideia é muito boa, mais só que nós ainda não temos como fazer isso, e o projecto ainda está no início.

Nós estamos a começar com um número pequeno, depois para aumentar.

A **Presidente**: — Agora passo a palavra a Deputada Rosallie, depois ao Deputado Fábio.

O nosso Parlamento é aberto, então eu creio que, deixar dúvidas aos nossos Deputados, seria um erro nosso.

Tem a palavra a colega Deputada Rosallie, para uma intervenção.

A **Deputada Rosallie Carvalho** (Água-Grande): — Vocês disseram que o público-alvo são as crianças de 15 a 19 anos.

Será que este projecto não vai promover o trabalho infantil?

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Nós estamos a falar de crianças, com insucesso escolar e meninas com a gravidez na adolescência.

Como é que vai ser?

Só porque ela tem 16 anos, não vai começar a trabalhar na costura?

Como é que ela vai sustentar o seu filho?

Vai ficar a depender só dos pais?

A **Presidente**: — Eu peço silêncio a todos os Deputados, para realizarmos o nosso evento da melhor forma possível.

A pergunta foi respondida?

Tem a palavra a Deputada Rosallie Carvalho.

A **Deputada Rosallie Carvalho** (Água Grande): — Ela respondeu a uma pergunta.

A **Presidente**: — Tem a palavra o colega Fábio Santos, para uma intervenção.

O **Deputado Fábio Santos** (Mé-Zóchi): — Bom, a minha pergunta, é geralmente sobre a desigualdade de género.

Tendo em conta que está sempre a falar sobre as meninas e o trabalho que elas devem fazer, será que os pais dos filhos, os homens que engravidaram as meninas, também não precisam de uma forma de trabalhar, para ajudar a mulher a sustentar o filho?

Aplausos gerais.

A **Deputada Denilze Filipe** (Cantagalo): — Como foi dito aqui no projecto, e também o número de meninas que abandonam as escolas, é maior que dos rapazes.

E como foi tido aqui no projecto, nós falamos de adolescentes, jovens com insucesso escolar.

Então, isso também abarca rapazes.

O **Deputado Fábio Santos** (Mé-Zóchi): — É geralmente incomum na nossa sociedade. Embora seja normal, mais um pouco estranho, um homem sair por aí fazendo costuras de turismo, enquanto tem coisas mais pesadas em que ele poderá desenvolver, projectos mais rudes, como o desenvolvimento de uma indústria no campo, transformar os produtos do campo, por exemplo, a farinha de mandioca, seria um bom projecto.

A vossa região é rural. Transformando a mandioca, que é uma boa farinha e ajudaria muito o sector económico de São Tomé e Príncipe.

Aplausos gerais.

A **Presidente**:— Sendo assim, adoptado o projecto do Distrito de Cantagalo.

Aplausos gerais.

A **Presidente**:— Agora convido o Distrito de Lobata a apresentar o seu projecto.

A **Deputada Gradys Focados** (Lobata): — Muito boa tarde a todos, obrigada Presidente pela palavra.

O nosso projecto está dividido em duas partes. Na primeira parte, nós vamos abordar acerca do saneamento do meio, e na segunda, a gravidez precoce.

Porquê que nós escolhemos o tema saneamento do meio?

Escolhemos este tema, porque este problema tem tido impacto no nosso Distrito, não só ao nível das comunidades, mas também ao nível de algumas escolas.

Como a minha colega do Distrito estava aqui a referir, a escola não tem bom cercado e não têm casa de banho.

A nossa justificação, para nós escolhermos o tema saneamento do meio, é porque um índice elevado de doenças que se transmitiram por falta ou carência deste.

As tais doenças são: a infecção urinária, a febre tifóide, entre outros.

Com o nosso projecto, nós pretendemos que haja uma diminuição da poluição, pretendemos também proteger o nosso solo e prevenir as doenças acima referidas.

Nós pensamos que uma forma de implementar o nosso projecto seria sensibilizar as pessoas. Uma das nossas sugestões é construir alguns balneários públicos e aqueles que já existem em diversas comunidades, serem reabilitados.

Se nós tivermos os balneários e se a população não for sensibilizada da importância do uso do mesmo, o nosso trabalho estará praticamente estagnado.

Esperamos que haja uma melhoria de saneamento básico, com a consequente diminuição das doenças adquiridas por carência deste.

Falando agora da gravidez precoce, ao nível do nosso Distrito, principalmente na minha escola, que é a escola de Sum Mé Xinhô, tem-se registado um índice elevado de meninas, com o problema de gravidez na adolescência.

Não só no nosso Distrito, como também ao nível do País. Porque podemos perceber que, não foi só o nosso Distrito que apresentou esse problema.

Ao nível do nosso Distrito, surgiu a ideia que ao invés de nós fazermos palestra e campanhas de sensibilização, nós pudéssemos fazer uma espécie de conversa aberta, em que as meninas que já passaram por essa situação, pudessem partilhar ou contar a sua experiência, como foi o seu trajecto, as dificuldades que tiveram que encontrar.

Porque certamente se elas engravidaram, não foi por falta de conhecimento dos métodos contraceptivos. Porque nós sabemos que nas escolas, os métodos contraceptivos fazem parte da matéria que os professores ensinam, então era uma forma de nós entendermos, o que leva essas meninas a caírem em erro de engravidarem na adolescência.

Muito obrigada.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Inscrições? Reacções?

Tem a palavra a colega Deputada Danika Carvalho, para uma intervenção.

A **Deputada Danika Carvalho** (Água Grande): — Como pretende que haja diminuição da poluição? O que vão fazer acerca disso?

A campanha não basta. Porque se a campanha bastasse, já fizeram tantas e não resultou em quase nada.

A **Deputada Gradys Focados** (Lobata): — Nós pretendemos, para além de sensibilizar a população, pretendemos também criar um grupo que possa apelar nesse sentido.

Na nossa comunidade podemos fazer a diferença. Porque quando nós vemos um nosso colega, ou mesmo alguém mais velho, atirar o lixo para o chão, como já temos o conceito, nós podemos intervir nessa situação, e dizer, não. Não podemos fazer isso porque, isso tem impacto negativo para o nosso ambiente.

A **Presidente**:— Tem a palavra a colega Deputada Isaura da Graça.

A **Deputada Isaura da Graça** (Lembá):— Obrigada sua excelência pela palavra.

Falaste muito bem, gostei. Mas quando falaste da segunda parte do teu projecto, que é a gravidez na adolescência, não apresentaste solução, eu não sei se tem em mente alguma coisa que possa combater isso.

A **Deputada Gradys Focados** (Lobata): — Eu disse aqui que, ao invés de fazermos campanhas e palestras, surgiu uma ideia ao nível do nosso Distrito, que fosse criado uma espécie de conversa aberta. As meninas, que passaram por essa situação, pudessem contar a sua experiência, a forma como lidaram com o problema.

A **Presidente**: — Tem a palavra a colega Deputada Dilma Costa Alegre.

A **Deputada Dilma Costa Alegre** (Mé-Zóchi): — Vocês falaram aqui dos problemas, das soluções para alguns e para todos não.

Porque falaram também dos problemas nas escolas, mas não falaram da solução.

Eu também queria saber se as soluções seriam implementadas por vocês, ou se iam deixar essas responsabilidades nas mãos do Governo?

A **Deputada Gradys Focados** (Lobata): — Certamente que seria implementada por nós.

Porque esse projecto atinge sobretudo a nossa faixa etária.

A **Deputada Dilma Costa** (Mé-Zóchi):— E como vocês fariam isso?

A **Deputada Gradys Focados** (Lobata): — Nas escolas, por exemplo, uma vez que as meninas que engravidam na adolescência, podem ser nossas...

A **Deputada Dilma Costa Alegre** (Mé-Zóchi):— Desculpa, não era sobre a gravidez na adolescência. Estava a falar do problema das escolas, que você havia mencionado no início.

A **Deputada Gradys Focados** (Lobata): — Há pois, esse problema nós sinceramente, não temos como resolver.

Tens uma ideia?

A **Deputada Dilma Costa Alegre** (Mé-Zóchi):— Quando eu estudava na escola de Bombom, que era a Escola Januário Dias da Costa, nós também tínhamos esse problema de casa de banho e do muro da escola, que nós mesmos conseguimos resolver.

O director fazia uma cobrança de 20 dobras por cada aluno e coisas dessas, e nós conseguimos construir duas casas de banho e fizemos o muro para escola.

A **Presidente**:— Essa é a prova viva, que nem tudo depende do Governo, das dotações do Governo, mas da nossa parte também.

Aplausos gerais.

A **Presidente**:— Sendo assim, declaro adoptada o projecto do Distrito de Lobata.

Aplausos gerais.

A **Presidente**:— Convido os de Lembá, para apresentarem os seus projectos.

A **Deputada Jucelina Assunção** (Lembá):— Muito boa tarde a todos, ao Presidente da 3.^a Comissão, chamo-me Jucelina. Viemos apresentar o projecto dos problemas que passa no Distrito de Lembá. O tema “um Lembá melhor, para os jovens e adolescentes”.

Vimos que o nosso projecto é orientação dos jovens, após o término do 12.^o ano e sobre a carreira profissional.

Os alunos concluem os estudos, são atirados à sua sorte, até começam a trabalhar com idade menor, para que sustentem os seus estudos, outros têm que fazer actividades fora de norma, por exemplo, fumar, beber, até uso do produto tóxico como a droga, por falta de ocupações e formações.

Público-alvo:

Este projecto abrangerá as crianças, alunos e a população em geral.

Objectivos:

Manter a população informada, de modo que não se percam no caminho, com os seguintes factores, dizendo que o País já tem dono e começam a roubar, fumar, etc.

Objectivo específico:

Para que haja uma mais quadros para ocuparem actividades no Distrito, para que o nosso Distrito possa crescer. Como se diz, uma mão lava outra, para as duas ficarem limpas.».

Resultado esperado:

É que nos ajudem a aproveitar algumas infra-estruturas no nosso Distrito, para que possamos concluir o nosso estudo.

Aplausos gerais.

A Deputada Isaura da Graça (Lembá): — Quero acrescentar algumas coisas.

A minha colega aqui falou dos tópicos e algumas coisas que devem ser feitas no nosso Distrito, e não só.

Eu penso que é um problema geral, porque sabemos que é a realidade de São Tomé e Príncipe. Em São Tomé há muita apadrinhagem. Alguns terminam e outros dizem assim: “você está aqui a estudar, eu tenho meu padrinho na cozinha e vou conseguir vencer na vida”.

E você que estuda, tem média para conseguir uma boa bolsa e fazer uma boa formação, não consegue. Acaba por ter como destino o campo, onde vai praticar agricultura, não obstante, ter tido média que te pudesse dar direito à uma boa formação.

A meu ver, isso tem a ver com questões organizacionais, que envolvem Ministros e Presidentes das Câmaras. Porque o Governo encaminha bolsas para as Câmaras Distritais que, por sua vez, deve enviá-las às escolas, e aí, selecciona-se os melhores alunos, os de quadro de honra, para que os mesmos possam fazer uma formação profissional e, assim, singrar-se na vida.

Nem toda a gente nasce com o dom de estudar, nem todos conseguem terminar os estudos, por diversos factores. Por isso, era bom que fossem criadas infra-estruturas, internamente, de modo que quem tenha 9.º e 11.º ano feitos, pudesse tirar cursos de formação profissional para dar aula nos jardins, nas escolas.

Precisamos de trabalhar juntos. Uma vez alguém me disse: para mudar o mundo, temos que primeiro mudar o nosso Distrito. Então, temos primeiro que mudar a nós mesmos e para conseguirmos mudar o mundo. Nós, os Deputados de Lembá, vamos tentar ver com o Presidente da Câmara, se conseguimos resolver isso. Entraremos em parceria com os mini-Deputados de outros Distritos para ver se conseguimos resolver esses problemas.

É tudo.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Mais inscrições? Peço as pessoas que vão apresentar os seus projectos, porque já se faz tarde, para ajudar os nossos serviços, era bom que os intervenientes digam os seus nomes. Que a pessoa faça a apresentação.

A Deputada Patrícia Moreira (Mé-Zóchi): — Na verdade, tenho duas perguntas. Queria saber porque escolheram especificamente a falta do estudo profissional dos jovens?

Também queria saber, porque achas que só os melhores e os que aparecem no quadro de honra devem receber as bolsas?

A Deputada Jucelina Assunção (Lembá): — Respondendo a primeira questão, escolhemos esse tema, porque é visto em São Tomé, falta mesmo formações profissionais para os jovens. Eu não sei se já notaram na nossa cidade, em São Tomé há muitos jovens candongueiros. Será que todos que estão lá não têm uma classe que dá para ter uma formação e poder se realizar na vida?

Respondendo à segunda questão, eu disse cá que não é só para os melhores alunos de quadro de honra. Como outros já apresentaram aqui projecto que vai ajudar os que não tiveram sucesso escolar, eu gostei, vamos tentar pouco a pouco implementá-los, mas queremos resolver essa que é orientar os jovens para que vençam no futuro e ter uma boa qualidade de vida.

A Deputada Núbia Mateus (Água Grande): — Vocês disseram que quando os jovens terminam, alguns entram na má vida, bebedeira e etc., e disseram que é por falta de ocupações e informações. Bom, no que toca a ocupação até que eu concordo, mas será que é por falta de informações?

A Deputada Jucelina Assunção (Lembá): — Uns são inseguros até têm informações, então, é preciso que haja pessoas como nós, que somos informados, para encaminhá-los, a fim de saberem que tem sim alguém que responde por eles e que possam estudar e esperar algo que irão ter.

É essa a minha resposta.

A **Deputada Núbia Mateus** (Água Grande): — Como falaste que há casos em que um aluno tem boa média para fazer uma boa formação fica e outro que não tem é que vai, porque tem um ditado “quem tem padrinho na cozinha não morre de fome”.

Primeiro, está na essência do ser humano que é sempre puxar aquele que é da sua família, dos seus laços de amizade. Também falamos aqui que um problema tem que vir acompanhado de uma solução. Então eu queria saber a tua sugestão para solucionar esse problema, porque vai ser meio complicado.

A **Deputada Jucelina Assunção** (Lembá):— Sabe-se que há esse fenómeno de apadrinhagem e laços familiares e tudo mais. Se você trabalha numa instituição que ajuda os necessitados e que oferece bolsas para o exterior e outras coisas mais, suponhamos que você tem uma prima que está a precisar de se formar, mas não tem uma boa média. Ela não tem boa média, porque, provavelmente, não se esforçou durante o ano lectivo, mas se você lhe der essa bolsa, e se ela se formar em medicina, corre-se o risco de ela vir matar alguém...

Risos.

...Sim, é verdade! Corre-se o risco de ela vir descontrolar medicamentos e muito mais. Ela tem que saber o que está a fazer. Por isso, nós temos que fazer a coisa certa sempre.

A **Presidente**: —A resposta está dada. Mas se a deputada quiser responder, está ao seu critério. Vai responder ou não?

A **Deputada Núbia Mateus** (Água Grande):— A pergunta não é tanto para ela, eu queria pedir ao Governo e as pessoas que organizam as escolhas de bolsas de estudo que se organizem mais. Porque está-se a ver muitos casos de pessoas que têm boa média não vão e pessoas com média mais baixa vão. Isso está mal. Isso não pode estar a acontecer!

A **Deputada Jucelina Assunção** (Lembá): — Este não é o tema central do nosso projecto, o tema é: “Um Lembá melhor para os jovens e adolescentes”.

Não só Lembá, como eu disse, temos que mudar primeiro o que nos pertence, e só depois mudar o mundo. Então, isso que tu dissesse é mesmo certo: quando vamos puxar a família e tudo mais, parece que está certo, mas sabemos que está errado. Então, a nossa missão aqui como mini-Deputados é orientar os jovens para que possam manter-se informados.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — E também existem casos, eu já presenciei que muitas das vezes, os alunos nem terminam o 12º ano e já conseguem uma bolsa para a qual é exigida a média 14. Para ver como o nosso país está a tornar-se, não é? Mas nós estamos aqui para apresentar soluções. Somos as gerações que vão vir mudar isso tudo. Estamos a trabalhar para isso.

Sendo assim declaro adoptado o projecto do Distrito de Lembá.

Aplausos gerais.

Convido o Distrito de Mé-Zóchi, para apresentar o seu projecto.

O **Deputado Tiago Almeida** (Mé-Zóchi): — Boa tarde a todos. Chamo-me Tiago Almeida, Venho aqui apresentar o projecto de Mé-Zóchi, cujo nome “educação x e juventude saudável”. O objectivo do nosso projecto é de melhorar o sistema educativo e contribuir para manter um ambiente saudável e nós temos como objectivo específico, ajudar a classe estudantil e a sociedade em geral.

Falando em juventude saudável, se olharmos bem para o nosso ambiente hoje, não só no Distrito de Mé-Zóchi em geral vemos que o ambiente está-se degradando. O ar que respiramos torna-se cada vez mais impuro. Será que vamos ficar sentados, perante essa situação e não fazermos nada?

Venho apresentar esse projecto como uma solução para o problema.

Eu vou centrar mais nos plásticos. Se olharmos bem, hoje, não se utiliza mais os sacos de pão, sacos de tecido. Hoje, o que se utiliza, é plástico. Vamos para uma loja, temos plástico, à uma padaria, temos plástico, ao mercado, a mesma coisa. É plástico para aqui e para acolá. E se vermos bem, esses plásticos quando levados para casa, será que depois de serem utilizados, são reciclados? Será?

Em alguns casos, pode ser que sim, mas a maior parte desses plásticos é deixado fora. Uma vez deixado fora, torna-se um poluente para o nosso ambiente e sabemos que precisamos de ar puro para respirarmos. Se continuarmos com esse mesmo procedimento nunca teremos um São Tomé e Príncipe com um ambiente são.

Mas, venho aqui apresentar uma solução: Os sacos de pão, sacos de tecido. Muitos podem perguntar, porquê sacos de tecido? Se vermos bem, é mais durável e menos poluente.

Então, queremos fazer sensibilizações, campanhas e palestras. Normalmente, vemos na televisão, assistimos às palestras. Estamos fartos de olhar palestra, como tinha dito a minha colega Deputada. Ela disse, se não estou em erro, palestra que já fizemos não resultou em nada. Eu digo que nós fizemos da forma errada, por isso resultou em nada.

Aplausos gerais.

Mas, o projecto, que venho aqui apresentar, traz uma nova estratégia de fazer palestras: As nossas palestras, ponho-vos agora a pensar: quem melhor do que uma criança para falar dos problemas de uma criança? Quem melhor de uma criança para conhecer uma criança? Será que um adulto conhece melhor uma criança que uma criança? No nosso projecto, falando de palestras, queremos que sejam os jovens adolescentes e as crianças a serem os palestrantes. Não estou a dizer que no nosso projecto não inclua pessoas adultas. Pode haver uma ou outra ocasião em que precisemos de pessoas adultas. Porque sempre precisamos de conselho, mas estou aqui a afirmar que essencialmente o nosso projecto precisa de crianças. Apresento crianças como soluções. Para sermos palestrantes, precisamos de pessoas idóneas, com mais capacidade, mas seremos nós as crianças a falar para outras crianças. Porque nós também temos outra estratégia: as miúdas que tiveram uma gravidez na adolescência, mesmo que isso tenha acontecido há já alguns anos, hoje já não são mais miúdas. Já são umas mulheres, que, no entanto, sabem que o que fizeram foi errado, mas que querem partilhar com outras jovens para que essas não caiam nesse mesmo caminho. Então, essas pessoas também tomarão parte nessa palestra, para que possamos sensibilizar a população, porque queremos um São Tomé e Príncipe melhor.

O nosso projecto abarca também as escolas. Porque queremos que os alunos, estudantes, sejam mensageiros, mas não queremos que sejam mensageiros sem mensagem. Por isso, as nossas palestras e sensibilizações, também queremos que sejam realizadas nas escolas, de modo que quando os alunos saírem das escolas, possam contar em suas casas, aquilo que ouviram, aquilo que aprenderam. O nosso projecto tem também como objectivo fazer sensibilização de porta em porta. Porque vemos sensibilização concentrada num lugar, convidam-se pessoas, é bom sim! Mas não tem lá muito aproveitamento. Queremos andar de casa em casa, em busca de pessoas, conhecendo as suas realidades, distribuindo panfletos para que as pessoas possam saber o que querem perspectivar para o seu futuro. O nosso objectivo também é procurar saber das pessoas o que querem. Qual a meta que pretendem atingir? Porque se você está a focar uma meta, você nunca vai-se desviar. Quando o aluno diz: eu vou tirar boa nota neste teste, ele empenha-se, esforça-se e tira boa nota. Não há nada que o impeça, porquê? Porque ele tem uma meta, ele tem um objectivo a cumprir e se incutirmos na cabeça da pessoa que ela deve ter uma meta e que ela deve pensar com a cabeça e não com o corpo, a pessoa vai estar focada, vai estar decidida e qualquer barreira que aparecer na sua vida, ela vai conseguir ultrapassá-la. Porquê? Porque ela está focada. Porque ela sabe o que ela quer. Obrigado.

Aplausos gerais.

A Presidente: — Tem a palavra a Deputada Núbia Mateus.

O Deputado Núbia Mateus (Água Grande): — Ele abordou o caso de plásticos, mas será que são só os plásticos que causam a poluição? Eu gostaria de saber, o porquê de ele focar tanto nos plásticos? Será que são os plásticos que mais causam a poluição?

O Deputado Tiago Almeida (Mé-Zóchi): — A minha colega Aleina é de Mé-Zóchi. Não sei se se ela pode responder. Ela quer responder, ela pode?

Vozes: — Pode.

A Deputada Aleina Sousa (Mé-Zóchi): — Sim, agora, não vou falar como Presidente, mas como Deputada. Quando estávamos a elaborar esse tema, as tartarugas. Sabem o que está a causar o consumo das tartarugas, os do Príncipe podem confirmar isso.

Quando se abrem as tartarugas, apanhavam-se grandes quantidades de plásticos. É óbvio a questão de plásticos. Quando se vai comprar apenas um pão e se dá um plástico. Se notarmos a maior parte dos lixos são os plásticos. É por isso que adoptamos na melhor forma os sacos de tecidos para terem mas durabilidade e não vai tirar o emprego a quem vendia os plásticos. Vai passar a vender o quê? Sacos de pão e com o quê? Valorizando a nossa cultura com tecidos tradicionais. Respondi?

A Deputada Núbia Mateus (Água Grande): — Plástico, sim, é prejudicial. Mas vocês também deveriam olhar que há muitas coisas por aí que são poluentes.

O **Deputado Tiago Almeida** (Mé-Zóchi): — Vocês acham que se nós recolhêssemos dados de tudo que polui o nosso ambiente, será que conseguiríamos terminar essa sessão, hoje?

Aplausos e risos.

Acho que está respondido.

A **Presidente**: — Silêncio! Vamos continuar a nossa sessão.
Tem a palavra a Deputada Iris Pereira.

A **Deputada Iris Pereira** (Caué): — Vocês disseram que fariam campanhas com as crianças para sensibilizar as pessoas, então a minha pergunta é: como pretendem fazer isso?

O **Deputado Tiago Almeida** (Mé-Zóchi): — Como eu tinha afirmado, as nossas campanhas de sensibilização começariam primeiramente nas escolas. Porque se olharmos bem, a nossa sociedade está composta por um grande número de crianças e a maioria frequenta às escolas. Seria um bom começo sensibilizar os alunos e os estudantes. Se nós formos às ruas, eu sei que não vamos conseguir sensibilizar toda gente. Por exemplo, vamos à rua e batemos a porta de um quintal e a senhora não nos recebe bem. Mas lá na escola já sensibilizamos o seu filho, ele teria mais oportunidades de conversar com a sua própria mãe e família do que nós. Por isso, o nosso método é conversar com as pessoas na escola e fora dela. Respondi?

A **Deputada Isaura da Graça** (Lembá): — O nosso projecto também vem complementar o projecto dos Deputados que vão promover a costura. Já que eles vão promover a costura, vão resolver dois problemas. Porque vão dar emprego às pessoas de faixa etária dos 17 aos 19 anos e também podem coser os sacos de tecido para pararmos de usar o plástico. Porque tem sido muito prejudicial.

Aplausos.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Isaura.

A **Deputada Isaura da Graça** (Lembá): — Eu só queria vos parabenizar pelo vosso projecto que veio a calhar mesmo, porque está a dar sentido a muitos projectos que estão cá. Iríamos substituir os sacos de plástico, uma forma para não poluir o nosso lar, mas também vai-nos beneficiar, substituindo por sacos de tecido. Uma vez que vai ser confeccionado por pessoas que não têm uma formação, um exemplo, dar aulas, mas vão estar ocupadas com outros afazeres que são esses sacos em tecido que vão confeccionar para vender. E isso é muito bom, porque também ajuda o nosso projecto, de uma forma não muito directa mas ajuda. Eu falei das médias e outras coisas mais, mas também falei das pessoas que não tiveram sucesso nos estudos. As pessoas que não tiveram sucessos nos estudos podem e muito bem aceder a esse projecto e sei que vai ser abrangente a todo São Tomé e Príncipe. Parabenizo-vos e espero que continuem com esse projecto e vocês vão conseguir.

A **Presidente**: — O ambiente vai agradecer, não é?
Tem a palavra a Deputada Lueje.

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Queria parabenizar o projecto, porque vai ao encontro do projecto de Lembá e também do nosso. uma vez que nós queremos potencializar a cultura. Estaremos a fazer a confecção dos sacos dos tecidos e ainda na parte ambiental, como a Presidente já tinha dito, porque é uma forma de eliminar os resíduos que estão na rua, cuja maior parte é plástico, como já haviam aqui dito.

A **Presidente**: Tem a palavra a Deputada Rosallie:

A **Deputada Rosallie Carvalho** (Água Grande): — Queria, primeiramente, parabenizar o projecto de Mé-Zóchi e dizer que para mim até agora é o melhor.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputado Joshua

O **Deputado Joshua Takounjou** (Água Grande): — Deputado Tiago, eu tinha uma dúvida relativamente aos preços. Sabemos que o vosso projecto estará em consonância com o projecto de Cantagalo que vão confeccionar os sacos de pão. Certo? Mas tem custo com as costureiras, mão-de-obra, tecidos, linha e agulha.

Se tentarmos fazer uma vantagem comparativa entre o preço de um saco de plástico e o preço de um saco de tecido, vamos ver que há uma grande desigualdade. Logo, haverá uma certa dificuldade das pessoas acatarem essa ideia. Porque se um saco de plástico custa duas dobras e um saco de tecido custa dez, muitas pessoas vão preferir tirar duas dobras para comprar um saco de plástico do que usar dez dobras para comprar um saco de pano.

O **Deputado Tiago Almeida** (Mé-Zóchi): — O meu colega Fábio vai responder.

A **Presidente**: — Tem a palavra o Deputado Fábio dos Santos.

O **Deputado Fábio dos Santos** (Mé-Zóchi): — Alguém realçou aqui entre fazer a comparação de São Tomé sujo e um país limpo...

Risos.

...Sim! Isso é uma grande realidade. No Brasil, os mercados mais frequentados pelos compradores, são aqueles, onde tudo o que por lá se vende está isento de produtos químicos e fertilizantes. O que quer dizer que a população opta pelos produtos naturais para o seu consumo.

Se nós incutirmos na nossa sociedade de que os sacos de pão são os recomendáveis, lógico que as pessoas não vão olhar para o preço. Porque não vai ser uma grande diferença, mas sim o melhor para o nosso ambiente, que já é meio ambiente.

A gente já tem o meio ambiente, é preferível alargar para um ambiente no total do que para nada ambiente. Seria melhor o uso de tecido, ajudaria muito na economia porque o dinheiro ficaria aqui. Quem faz o plástico não é são-tomense, são os estrangeiros que vêm aqui, vendem, arrecadam a economia e utilizam maioria das vezes nos seus países, já o saco de pão é feito aqui. O dinheiro fica aqui. É melhor para o nosso país.

Aplausos.

A **Presidente**: — Pelos vistos, vamos prolongar porque está haver muitas reacções, isso é muito bom, mas não se esqueçam que o tempo não está a nosso favor. Mas com a permissão da 3.^a Comissão e dos Serviços e dos demais presentes, não sei se poderíamos prolongar um pouco. As crianças aqui têm mais voz, estamos em maioria. Vamos continuar.

Tem a palavra a Deputada Mialayne Lavres.

A **Deputada Mialayne Lavres** (RAP): — Só queria salientar o que disse o meu colega Fábio dos Santos, além do preço para saber a qualidade do produto o plástico, mais ou menos se comprarmos por 2 dobras e o saco por 10, o plástico não é tão durável como o saco, então irás comprar mais ou menos uns dez plástico por um saco e vem a ser a mesma coisa porque o plástico fica mais caro do que o saco porque o saco é mais durável.

Aplausos.

O **Deputado Tiago Almeida** (Mé-Zóchi): — Só queria complementar dizendo, será que vamos querer ver o nosso meio ambiente degradando e pessoas morrendo para depois dizermos que vamos comprar o saco de pão, ou vamos melhorar agora para não termos consequências graves?

Aplausos.

A **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Denilse Castro.

A **Deputada Denilse Castro** (Água Grande): — Já que o nosso projecto e o vosso têm uma certa relação, podemos fazer uma parceria para quando desenvolverem a campanha nas escolas podermos levar alguns materiais feitos em São Tomé: materiais feitos de tecido, sacos, podemos repartir para os alunos para verem qual é o melhor para São Tomé.

Aplausos.

O **Deputado Tiago Almeida** (Mé-Zóchi): — Isso depende da aprovação do projecto porque se não forem aprovados não valerá nada.

Murmúrios.

Se o projecto de Mé-Zóchi e Lembá forem aprovados aí sim, podemos pensar em parcerias, mas antes não podemos avançar nada.

Aplausos.

A **Presidente**: — Não vamos falar só dos projectos de Mé-Zóchi e Lembá porque existem também semelhanças enormes nos projectos de quase todos os Distritos, e isso pode trazer benefício para São Tomé e Príncipe. Em vez de elegermos um ou dois projectos podemos chegar a um consenso, podemos melhorar o projecto que viermos a eleger com a ideia dos projectos dos outros Distritos. Se o meu Distrito ou dele tiver mais carência beneficiaremos aquele que tiver maior carência. Não devemos ser egoístas, devemos apoiar e quando conseguirmos, mesmo com o apoio dos nossos parceiros, como a UNICEF e a FONG. Quando conseguirmos outros parceiros ou quando tivermos o nosso fundo porque o parlamento também tem que ter o seu próprio fundo para realizar outras actividades, para sairmos à rua, irmos ao terreno e fazer actividades com as crianças e para crianças.

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Podemos coligar ideias?

A **Presidente**: — Não sei se está ao nosso critério.

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Senão na hora de aprovar os projectos, se estiverem interligados há mais chance de serem aprovados ou descartados, por isso estou a perguntar.

Como há muita semelhança, juntando-os seria melhor.

A **Presidente**: — Assim teria mais êxito, o bom é estar em consenso para as crianças. Se ouvirmos que o projecto de Caué ganhou e o nosso não, foi descartado, não queremos isso. Bom é que todo mundo saia satisfeito porque estamos a defender uma causa maior, os problemas das crianças.

A **Deputada Gelsa Catarina** (Mé-Zóchi): — Só quero que vamos à votação, ou organizamos os projectos, ou escolhemos um só projecto.

A **Presidente**: — O que queremos dizer é para unirmos as ideias e em conjunto formarmos um projecto nacional e dois distritais. Não estamos a descartar outros projectos, mas sim unirmos todos os projectos e formar um projecto forte.

O de Mé-Zóchi pode ser que tenha impacto, mas está a precisar de auxílio de outros projectos, fazemos uma junção.

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Por agora era suposto aprovar quantos?

A **Presidente**: — Um nacional e dois distritais.

A **Deputada Lueje d'Alva** (Escola Portuguesa): — Pois, então faz sentido ajuntar.

A **Deputada Gelsa Catarina** (Mé-Zóchi): — A eleição do projecto vai ser antes ou depois do almoço?

A **Presidente**: — Depois do almoço.

A **Deputada Gelsa Catarina** (Mé-Zóchi): — Porquê que não escolhemos o projecto já?

A **Presidente**: — Já violamos muito o programa e também não temos tempo. Pode ser que alguns Deputados não tenham fome, mas outros têm.

Sendo assim está adoptado o projecto dos Deputados de Mé-Zóchi.

Para dizer que os projectos já estão todos adoptados pelo Parlamento Infanto-Juvenil, mas serão submetidos aos parceiros. Isso já não é da nossa responsabilidade, são os parceiros que viemos convencer a apoiar o nosso projecto.

Caras e caros Deputados, nós vamos interromper os trabalhos para o almoço.

Eram 14 horas e 30 minutos.

A **Presidente**: — Caras e caros Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 32 minutos.

Só para esclarecer, os projectos que foram apresentados serão submetidos aos parceiros, não vamos fazer, como estava na cabeça de muitos, votação dos projectos. Basicamente, estávamos a apresentar aos parceiros e caberá a eles decidirem.

Agora vamos dar início à composição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia para a I Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil 2018 a 2020.

Peço a Secretária que faça à leitura do Projecto de Resolução n.º 1/I/2019.

A **Secretária** (Mialayne Lavres): — Passo a ler: «Projecto de Resolução do Parlamento Infanto-Juvenil n.º 1/I/2019 – Composição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional para a I Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil 2018 a 2020.

Preâmbulo.

Na X Legislatura, 2014 a 2018, através da Resolução n.º 72/X/2017, de 28 de Abril, a Assembleia Nacional institucionalizou o Parlamento Infanto-Juvenil. O primeiro Parlamento Infanto-Juvenil legalmente constituído realizou-se entre os dias 14 e 16 de Junho do ano 2018.

Assim, havendo a necessidade de definir a composição dos membros das comissões especializadas permanentes do Parlamento Infanto-Juvenil para a I Legislatura, nestes termos, o Parlamento Infanto-Juvenil resolve, ao abrigo do artigo 38.º do Regimento deste Parlamento, aprovado pela Resolução n.º 72/X/2019, de 28 de Abril, o seguinte:

Artigo 1.º, composição. Para a I Legislatura, cada Comissão Especializada Permanente do Parlamento Infanto-Juvenil é composta por 11 membros efectivos, conforme a seguinte distribuição: 3 Deputados do Grupo Parlamentar Distrital de Água Grande, 2 Deputados do Grupo Parlamentar Distrital de Mé-Zóchi, 1 Deputado do Grupo Parlamentar Distrital de Cantagalo, 1 Deputado do Grupo Parlamentar Distrital de Lobata, 1 Deputado do Grupo Parlamentar Distrital de Caué, 1 Deputado do Grupo Parlamentar Distrital de Lembá, 1 Deputado do Grupo Parlamentar Distrital da Região Autónoma do Príncipe e 1 Deputado do Grupo Parlamentar das Organizações não Governamentais, as ONG.

Artigo 2.º, entrada em vigor. A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Parlamento Infanto-Juvenil, Palácio dos Congressos em São Tomé e Príncipe aos 28 de Junho de 2019.»

A **Presidente**: — Após a leitura, vamos aprovar o projecto de resolução na generalidade, especialidade e final global.

Passemos à aprovação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor e 1 abstenção.

Sendo assim, passemos à votação na especialidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor e 1 abstenção.

Agora vamos passar à votação final global do Projecto de Resolução do Parlamento Infanto-Juvenil n.º 01/I/2019.

Submetido à votação, foi aprovado, com 47 votos a favor.

Passemos agora ao Elenco e Competências das Comissões Especializadas Permanentes para a I Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil, 2018-2020. Peço a Secretária Permanente para proceder à leitura.

Peço a atenção de todos.

A **Secretária** (Mialayne Lavres): — Passo a ler: «Projecto de Resolução do Parlamento Infanto-Juvenil n.º 02/I/2019 – Elenco e Competências das Comissões Especializadas Permanentes para a I Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil, 2018-2020.

Preâmbulo.

Na X Legislatura, 2014-2018, através do Resolução n.º 72/X/2017, de 28 de Abril, a Assembleia Nacional institucionalizou o Parlamento Infanto-Juvenil e o primeiro Parlamento Infanto-Juvenil, legalmente constituído, realizou-se entre os dias 14 e 16 de Junho do ano 2018.

Assim, havendo a necessidade de se definir o elenco e as competências das Comissões Especializadas Permanentes do Parlamento Infanto-Juvenil para a I Legislatura.

Nestes termos, o Parlamento Infanto-Juvenil resolve, ao abrigo do artigo 38.º, do Regimento deste Parlamento, aprovado pela Resolução n.º 72/X/2019, de 28 de Abril, o seguinte:

Artigo 1.º, elenco. O elenco das Comissões Especializadas Permanentes, CEP, para a I Legislatura, discriminado pela sua numeração e denominação, é o seguinte:

1.ª CEP - Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética.

2.^a CEP - Comissão dos Assuntos Económicos.

3.^a CEP - Comissão dos Assuntos Sociais.

Artigo 2.^o, competências genéricas. Compete às Comissões Especializadas Permanentes:

Alínea a), apreciar os projectos e as propostas de deliberação, as propostas de alteração e os trabalhos submetidos à Assembleia Infanto-Juvenil.

Alínea b), votar na especialidade os textos aprovados na generalidade pelo Plenário, nos termos e com os limites estabelecidos no Regimento.

Alínea c), em geral, pronunciar-se sobre todos os problemas submetidos à sua apreciação pela Assembleia Infanto-Juvenil ou pelo Presidente.

Artigo 3.^o, competências da 1.^a CEP. Compete, especificamente, à Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, o seguinte:

Alínea a), responder por toda a tramitação da legislação a debater e aprovar.

Alínea b), dar parecer sobre a constitucionalidade de propostas de lei, projectos de lei e outras iniciativas parlamentares, quando lhe seja solicitado pelo Presidente da Assembleia Nacional ou por outras comissões especializadas permanentes.

Alínea c), apreciar as questões regimentais e emitir parecer sobre interpretação e aplicação de normas e integração de lacunas do Regimento, quando o Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, a Mesa ou o Plenário lho solicitar.

Alínea d), dar parecer sobre propostas de alteração ao Regimento e, se for o caso, sugerir à Assembleia Nacional as modificações que julgar necessárias.

Alínea e), dar parecer a pedido do Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, sobre conflitos de competências entre comissões.

Alínea f), ocupar-se de outros assuntos que lhe sejam deferidos por lei ou pelo Regimento.

Relativamente ao mandato do Deputado, compete-lhe:

Alínea a) pronunciar-se sobre todas as questões relativas às incompatibilidades, incapacidades, impedimentos, conflitos de interesses, suspensão e perda de mandato do Deputado.

Alínea b), verificar os casos de incompatibilidade, incapacidade e impedimento dos Deputados e, em caso de violação da lei ou do Regimento, instruir os correspondentes processos e emitir o respectivo parecer.

Alínea c), pronunciar-se sobre quaisquer questões que possam de alguma forma afectar o mandato do Deputado.

Alínea d), relatar e emitir parecer sobre a verificação de poderes do Deputado.

Alínea e), emitir parecer sobre a suspensão e perda do mandato do Deputado.

Alínea f), apreciar os pedidos de substituição temporária por motivo relevante nos termos do Regimento.

Alínea g), instruir os processos de impugnação de elegibilidade e de perda de mandato do Deputado.

Alínea h) analisar e instruir nos termos das leis acções relacionadas a ética e moral por parte dos Deputados.

Alínea i) proceder a inquéritos sobre factos ocorridos no âmbito do Parlamento Infanto-Juvenil que comprometam a honra e a dignidade de qualquer Deputado, a pedido deste ou mediante determinação do Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil.

Alínea j), apreciar quaisquer outras questões relativas ao mandato do Deputado.

Compete-lhe, igualmente:

Alínea a), pronunciar-se, através de pareceres, sobre as propostas de resolução relativas aos tratados e acordos internacionais relacionados com as crianças submetidos à aprovação da Assembleia Nacional.

Alínea b), pronunciar-se, através de parecer, sobre os actos de violação dos direitos das crianças e encaminhar para instâncias competentes.

Alínea c), acompanhar a execução das políticas de cooperação com os parlamentos congénere.

Alínea d), outras áreas afins.

Artigo 4.^o, competências da 2.^a CEP. Compete, especificamente, à Comissão dos Assuntos Económicos, o seguinte:

Alínea a), acompanhar as políticas de cooperação para o desenvolvimento em matérias relacionadas com as crianças.

Alínea b), incentivar iniciativas orientadas para defesa do consumidor com vista a protecção da saúde e bem-estar das crianças e jovens.

Alínea c), acompanhar a promoção do empreendedorismo jovem, competitividade e inovação.

Alínea d), apreciar e elaborar, sempre que possível, o parecer sobre as Orçamentos Gerais do Estado em matérias relacionadas com as crianças e jovens.

Alínea e), acompanhar a implementação das políticas orçamentais em matérias de crianças e jovens.

Alínea f), pronunciar-se sobre a mobilidade, prevenção e segurança rodoviária.

Alínea g), acompanhar e incentivar o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação, TIC.

Alínea h), apreciar o desenvolvimento dos sectores ligados à agricultura, pecuária, pescas e turismo.

Alínea i), acompanhar e dar adequado tratamento às questões inerentes às alterações climáticas.

Alínea j), pronunciar-se sobre as questões referentes à conservação da natureza e biodiversidade.

Alínea k), pronunciar-se sobre as questões referentes às florestas.

Alínea l), pronunciar-se sobre a política e a gestão dos recursos hídricos.

Alínea m), acompanhar a progressão dos assuntos relacionados com os Serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Alínea n), acompanhar a gestão e o tratamento de resíduos de qualquer natureza.

Alínea o), avaliar as actividades de prevenção, controlo e redução de todas as formas de poluição e degradação do ambiente.

Alínea p), outras áreas afins.

Artigo 5.º, competências da 3.ª CEP. Compete, especificamente, à Comissão dos Assuntos Sociais, o seguinte:

Alínea a), acompanhar e se pronunciar sobre a execução das políticas nos sectores sociais direccionadas as crianças e jovens.

Alínea b), avaliar as iniciativas que providenciem o acesso à saúde.

Alínea c), pronunciar-se sobre as questões de saúde pública.

Alínea d), acompanhar e pronunciar-se sobre as políticas e acções relativas à educação, incluindo todos os sistemas e graus de ensino, bem como relativas à ciência e tecnologia, onde se incluem, designadamente, a investigação e inovação científica e tecnológica.

Alínea e), acompanhar as políticas e apreciar as acções que visem salvaguardar a cultura e a identidade nacional, incluindo, designadamente, as matérias de língua, património, artes, indústrias criativas e culturais.

Alínea f), pronunciar-se sobre as políticas de Emprego e Formação Profissional.

Alínea g), pronunciar-se sobre os incentivos à solidariedade e voluntariado.

Alínea h), pronunciar-se sobre iniciativas visando a protecção de pessoas com deficiência.

Alínea i), apreciar acções que visam a prática do desporto para as pessoas com deficiência.

Alínea j), avaliar as acções preventivas contra toxicodependência.

Alínea k), apreciar as políticas versadas para a protecção das crianças e jovens em risco.

Alínea l), ocupar-se das políticas relacionadas com o associativismo, formação cívica e cidadania.

Alínea m), acompanhar as políticas que devem influir na dinamização e promoção do sector da Juventude, nomeadamente as relativas ao voluntariado, saúde e sexualidade e ocupação de tempos livres.

Alínea n), acompanhar a execução das políticas de incentivo a promoção do desporto, nomeadamente no que diz respeito aos programas de generalização da prática desportiva, à ética e violência, ao desporto escolar e ao desporto federado, incluindo os ciclos olímpicos e paralímpicos, o alto rendimento e o acompanhamento da realidade do movimento desportivo nacional.

Alínea o), apreciar as políticas públicas que visem a promoção das raparigas em todas as esferas da vida política, económica e social.

Alínea p), ocupar-se das questões relativas a uma política activa de promoção da família e do seu papel social, enquanto sector basilar da sociedade.

Alínea q), outras áreas afins.

Artigo 6.º, entrada em vigor. A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Parlamento Infanto-Juvenil, Palácio dos Congressos, em São Tomé, aos 28 de Junho de 2019.»

A **Presidente**: — Agora passemos à apreciação e aprovação quanto à generalidade, especialidade e votação final global.

Passemos a aprovar na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor e 1 abstenção.

Passemos à votação na especialidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 46 votos a favor e 1 abstenção.

Passemos à votação final global do Projecto de Resolução do Parlamento Infanto-Juvenil n.º 02/II/2019.

Submetido à votação, foi aprovado, com 47 votos a favor.

Aplausos gerais.

Sendo assim, os serviços, na base dos projectos e assuntos de interesse relevante, tiraram as nossas recomendações.

Então, peço a Secretária Permanente que faça a leitura dessas recomendações.

A **Secretária** (Mialayne Lavres): — Agora passo a ler as recomendações.

«Após as discussões exaustivas dos trabalhos agendados para esta sessão plenária, sobre o lema “um São Tomé e Príncipe melhor para todas as Crianças”, o Parlamento Infanto-Juvenil recomenda o seguinte:

1. Que os infanto-Deputados devam continuar a advogar para o reforço da implementação efectiva dos direitos das crianças principalmente no que concerne ao combate ao trabalho infantil, gravidez precoce, consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas, abandono escolar e abuso sexual dos menores.

2. Ao contrário dos anos anteriores, esperamos que o trabalho do Parlamento Infanto-Juvenil seja mais dinâmico ao longo do ano 2019 até o fim da legislatura, ou seja, mandato, que será em Junho de 2020.

3. Que a Assembleia Nacional, juntamente com os parceiros, crie condições para as Comissões Especializadas Permanentes deste Parlamento, criadas através dos Projectos de Resolução do Parlamento Infanto-Juvenil n.ºs 1 e 2/II/2019, realizem as suas actividades com regularidade, de acordo com o nosso Regimento.

4. Que a 3.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, Comissão dos Assuntos Sociais, Saúde, Educação, Emprego e Solidariedade, competente para coordenar o desenvolvimento do programa “Parlamento Infanto-Juvenil”, faça démarches necessários junto aos parceiros, para que projectos sociais apresentados nesta sessão plenária pelos Grupos Parlamentares Distritais da Região Autónoma do Príncipe e a FONG sejam implementadas com sucesso.

5. Recomenda-se ainda, que doravante as visitas de estudo efectuadas à Assembleia Nacional, pelas crianças e jovens estudantes sejam acompanhadas pela Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil. »

«Informações relativas às Comissões Especializadas Permanentes do Parlamento Infanto-Juvenil, para a I Legislatura 2018-2020.

Composição da 1.ª Comissão, Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética: Wilson Semedo, Presidente da Comissão, Wendy Chumbo Vaz, Iralcema Bonfim Fernandes Carvalho Diogo, Rebeca Dias Mendes Sousa, Celso Lopes Vila Nova, Isaura Lima, Mialayne Soares da Costa Fernandes Lavres, Núbia dos Prazeres Aguiar Mateus, Lueje Branco d’Alva e Joshua Ayuk Takounjou.

Composição da 2.ª Comissão, Comissão dos Assuntos Económicos: Danika Fernandes dos Santos Carvalho, Presidente da Comissão, Juferino Espírito Santo, Ricardo Filipe da Silva César, Patrícia da Trindade Moreira, Tiago Pereira Neto de Almeida, Patrício da Graça Mama, Gladys do Nascimento Focados, Tonilson Aguiar Furtado, Leucy Ramos Cassandra de Pina, Joel Afonso, Letícia Afonso Neto dos Santos Ferreira.

Composição da 3.ª Comissão, Comissão dos Assuntos Sociais: João Batista, Presidente da Comissão, Rosallie Victória de Ceita Carvalho Kizimbou, Jailson de Bom Jesus Mengó, Fábio Gaspar dos Santos, Natally Sousa Pontes de Carvalho, Denilze Costa da Trindade Filipe, Teodora Viegas de Sousa Pontes Simão, Jucelina do Espírito Santo das Neves Assunção, Eurídice Madeira da Costa, Cândida Fernandes Pires dos Santos, Letícia Guimarães.»

Obrigada.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Já agora, vou fazer uma breve observação.

O Distrito de Água Grande falta indicar um Deputado para a Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética e também falta eleger o Vice-presidente e o Secretário da mesa da 1.ª Comissão. Logo, a eleição será na próxima reunião da Comissão.

Também gostaria de me desculpar por algo que a Mesa tenha pecado. O nosso Parlamento Infanto-Juvenil é um parlamento inclusivo, que significa que abrange todas as crianças, portadoras de deficiências ou não.

Tem-se notado que quase não se teve a participação destes hoje, estou certa?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Todos temos consciência disso e a falta de um deles para representar a nossa Mesa, isso é o mais evidente que está acontecendo. Mas espero que não se desmoralizem com isso porque o Parlamento é todo nosso e vamos exercer pelos direitos de todas as crianças, independentemente de como ela for.

Também peço a compreensão dos demais e agradecemos aos acompanhantes destes mesmos Deputados, porque são os mais sensíveis e que tem que se dar um carinho especial e não aconteceu isso aqui hoje. As minhas sinceras desculpas.

Mas, como sinal que todos estamos conscientes disso e que vamos apelar por todas as crianças, gostaria que todos levantássemos e batéssemos uma salva de palmas, por aqueles, não só da FONG, mas também daquelas crianças que estão presentes com deficiências, que são aquelas que devíamos priorizar.

Entretanto, aplaudiram de pé.

Apesar de a lei que as protege não estar sendo colocada em vigor, mas o Parlamento Infanto-Juvenil também trabalhará nesse sentido, de melhorar as condições das crianças portadoras de deficiências.

Pausa.

Agora vamos passar para o encerramento das nossas actividades. Creio que os de Mé-Zóchi tinham recorrido à Presidente do Parlamento, que queriam agradecer.

Passo à palavra aos Deputados de Mé-Zóchi.

O **Deputado Tiago Almeida** (Mé-Zóchi): — Era só para agradecer a todos, pelas perguntas e pelos apoios que, como disse, já não está presente o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, que todas as críticas são construtivas.

Então, quero agora apelar que possamos bater uma salva de palmas para todos os projectos que foram aqui apresentados.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — É bonito quando se vêem crianças, ou mini-Deputados a fazerem projectos que são para nós crianças e para outras crianças.

É muito mais fácil quando nós mini-Deputados elaboramos os nossos projectos do que os adultos a elaborarem por nós.

Creio que foi de extrema importância e quero, já agora, agradecer as organizações, aos organizadores, a Assembleia Nacional e a UNICEF. Agradecer os parceiros, o Ministério da Educação, a FONG, a ACASTEP, a Escola Portuguesa, o Instituto da Juventude, câmaras distritais e o Governo regional.

Agradecer também a TVS e a Rádio Nacional, que fizeram a cobertura em directo dos nossos trabalhos.

Agradecer aos colegas Deputados pela presença e a participação activa nos trabalhos.

Agradecer aos pais e encarregados de educação de todos aqueles que tornaram possível a realização desta sessão do Parlamento Infanto-Juvenil.

Também gostaria, de uma forma geral, agradecer a todos por fazerem deste momento, um momento único porque não é todos os dias que se vêem crianças a exercerem, a pedirem que os seus direitos sejam colocados em prática.

Também um muito obrigado, nós merecemos e não vamos parar por aqui, não queremos ficar só no papel. Não queremos estar aqui com um monte de papéis, que quase que não se faz nada. Queremos ir ao terreno, esta é a mensagem que queremos passar, queremos agir. Nós, Parlamento Infanto-Juvenil, somos crianças que queremos dar a voz as crianças de São Tomé e Príncipe.

Um São Tomé e Príncipe melhor para todas as crianças.

Aplausos gerais.

O Parlamento Infanto-Juvenil não se esquece das pessoas, então também quero agradecer ao senhor enfermeiro que está connosco desde o início da sessão.

O nosso muito obrigado.

Murmúrios gerais.

Agradecemos aos professores...

Vozes dos professores: — Oh!

Risos gerais.

A **Presidente**: — ... os que orientaram os nossos mini-Deputados, sem eles não poderíamos fazer esse belo projecto.

Aplausos gerais.

O mérito é todo nosso. Normalmente, as crianças, quando impõem, têm que ter o auxílio dos mais velhos e os seus conselhos. Por isso, os agradecemos também, mesmo aos participantes e aos Srs. Deputados que estão aqui connosco ao longo do tempo e que não desistiram de nos ouvir, isso é muito importante.

Há um Deputado que quer falar.

Se faz favor.

O **Deputado Joshua Takounjou** (Água Grande): — A minha observação é relativamente à comunicação entre os Deputados. Sabemos que já estamos na recta final da nossa sessão plenária de hoje e eu e a minha bancada não queremos estar desligados das outras.

Então, é por isso que estamos a propor a criação de um grupo no *Whatsap* ou no *Messenger*, onde pudéssemos envolver os 55 Deputados. Sei que nem todos cá têm acesso à *Internet*, mas espero que pelo menos a metade dos Deputados de cada Distrito estejam incluídos no grupo. Porque se quisermos realmente dinamizar o nosso Parlamento, sairmos da parte dos papéis para a parte prática é necessário nos encontrarmos.

Como sei que nem todo o mundo vai ter possibilidade, por exemplo, os de Príncipe, de se deslocarem da Região Autónoma para São Tomé, então através da *Internet* nós podemos nos comunicar muito bem, acerca dos projectos que queremos implementar.

É só isso.

A **Secretária** (Mialayne Lavres): — Só para confirmar a lista de presença.

Os Deputados Carlos Alberto Fernandes dos Santos, Carla Patrícia Nascimento e Delmiro Júnior não estão presentes?

Os Deputados de Água Grande negaram, acenando com a cabeça.

A **Presidente**: — Como forma de termos o contacto de todos os Deputados, porque agora vamos ter muito trabalho pela frente, não pensem que não vos vamos incomodar para trabalhar, porque se somos representantes vamos ter que trabalhar, para dignificar aquilo que somos, gostaria que cada mini-Deputado, quando passasse, assinasse aqui a minha agenda, com os seus números.

Sendo assim, declaro encerrada a sessão do Parlamento Infanto-Juvenil.

Eram 16 horas e 10 minutos.

Faltaram a sessão os seguintes Deputados:

Distrito de Água Grande:

Carlos Alberto Fernandes dos Santos

Carla Patrícia Nascimento

Delmiro Júnior